

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ALIANE DE LIMA OLIVEIRA

**MULHERES, CHEFIA DE DOMÍCILOS E PROTEÇÃO SOCIAL: UM
ESTUDO COM AS BENEFICIÁRIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM SALVADOR.**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DA BAHIA**

**SALVADOR
2017**

ALIANE DE LIMA OLIVEIRA

MULHERES, CHEFIA DE DOMÍCILOS E PROTEÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM AS BENEFICIÁRIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SALVADOR.

Monografia apresentada ao Colegiado de ensino de graduação em Serviço Social, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

SALVADOR
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e coragem para prosseguir.

A minha família e a todas as pessoas que de alguma forma estiveram presente nessa etapa da minha vida.

As mulheres que entrevistei pela confiança em relatar sua história de vida, assim contribuindo com o presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os modos de vida das mulheres chefes de família que são assistidas pela política de assistência social em Salvador, a partir de um enfoque nas relações de classe e gênero. Assim, foram tomados como objetivos específicos: traçar o perfil das mulheres chefes de família; identificar como essas se tornaram chefes de família; analisar como vivem essas mulheres; verificar como se deu o acesso das mulheres chefes de famílias à Política de Assistência Social. Para tanto, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, através da técnica de entrevista, por meio de um roteiro semi-estruturado de questões, estas foram gravadas e transcritas. Assim, foi analisada a história de vida, situação atual, trajetória de trabalho e acesso a política de assistência social a partir de entrevistas realizadas com mulheres responsáveis pelo seu domicílio e que são assistidas pela política de assistência social em Salvador. A análise dos dados foi dividido em 5 temas o qual foi estruturado de forma que desse conta de responder os objetivos específicos do presente trabalho. Nesse sentido, foram identificadas as causas que levam a mulher a chefiar o domicílio, sendo ocasionadas pela viuvez, separação e as responsabilidades com a provisão da casa. Assim, a mulher assume a chefia de suas famílias, mesmo com a presença da figura masculina, ou seja, nem sempre a chefia feminina de família consiste na ausência do homem no domicílio, podendo esse estar presente, mas a mulher é a principal provedora. É notória a luta diária dessas para o sustento dos membros da família, onde utilizam os benefícios do programa de transferência de renda para contribuir com o sustento da família.

Palavras- Chave: Gênero, Classe, Chefia feminina de família, Política de assistência social.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de consentimento Livre e Esclarecido

TABELA

Tabela 1 Características sociodemográficas das entrevistadas.....	41
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. GÊNERO E FAMÍLIA	11
2.1. Algumas questões conceituais	11
2.2. Mulheres chefes de família no Brasil contemporâneo.....	18
3. GÊNERO, MULHERES E ASSISTÊNCIA SOCIAL	24
3.1. A Política de Assistência Social	25
3.2. Mulheres que chefiam famílias e a política de assistência social.....	30
4. OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES QUE CHEFIAM FAMÍLIAS E SÃO ASSISTIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
4.1. O percurso metodológico.....	34
4.2. As entrevistadas	36
4.3. Análise dos resultados da pesquisa.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

I INTRODUÇÃO

A iniciativa para formulação desse trabalho ocorreu por entender que a família é um espaço contraditório, pois, ao mesmo tempo em que é um ambiente de conflitos, é um lócus de afeto. E por considerar a temática abrangente, uma vez que essa instituição está passando por diversas modificações devido às transformações societárias, surgindo, assim, novos arranjos familiares.

O tema foi escolhido também por considerar que o trabalho com famílias e Política de Assistência Social é um dos campos de atuação do Serviço Social, fato que proporciona uma discussão, em âmbito profissional e acadêmico, sobre uma realidade que se faz presente em nosso país, qual seja o crescente número de chefia feminina. Assim, surgiu o interesse em investigar como ocorre o processo em que mulheres chefiam suas famílias, suas condições de vida e o acesso à política de assistência social.

A categoria gênero é construída socialmente de acordo com a cultura, tempo histórico, e local que o indivíduo está inserido, tratando de forma natural o papel que homem e mulher desempenham na sociedade, delegados a estes a provisão e o cuidado, respectivamente. De acordo com os princípios do sistema capitalista, o modelo de família patriarcal é essencial para a manutenção da ordem e da hierarquia presente nas relações de gênero que confere as desigualdades existentes de acordo com o sexo biológico de cada indivíduo.

A Política de Assistência Social é instituída para intervir sob a forma de proteção a família, uma vez que esta é passível de modificações ocasionadas pelas transformações societárias, sendo essas modificações fator de desproteção. Assim, um dos princípios do Sistema Único de Assistência Social é a matricialidade sociofamiliar, que consiste na centralização da família para o desenvolvimento de suas ações e serviços, assim mantendo a mulher como a titular e responsável para o acesso a serviços e benefícios. Ressalta-se que não existe uma política pública específica para a família monoparental feminina, mas sim uma política que tem como centralidade a mulher para gerir o benefício que é voltado para a família. Fenômeno esse que é recorrente nos programas de transferência de renda, como por exemplo, o Programa Bolsa Família. Sendo necessária uma política específica, uma vez que as mulheres estão em condições desiguais.

Logo, a pesquisa buscou analisar os modos e as condições de vida das mulheres chefes de família que são assistidas pela Política de Assistência Social, a partir da

interseccionalidade entre classe e gênero, visto que são elementos indissociáveis a partir da experiência dessas mulheres na conjunção das relações de poder de sexo, raça, e classe. Como afirma Helena Hirata (2014)

“A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

Desta forma, a integração dessas relações busca entender as desigualdades sociais que existem na sociedade. Se essas relações forem abordadas de forma isolada pode não existir conformidade nesse fenômeno.

Neste contexto, foram tomados como objetivos específicos: traçar o perfil das mulheres chefes de família; identificar como essas se tornaram chefes de família; analisar como vivem essas mulheres; verificar como se deu o acesso das mulheres chefes de famílias à Política de Assistência Social.

Para tanto, a metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa, para coletas de dados, e o método de saturação para definir a quantidade de entrevistas suficientes uma vez que o método consiste em parar a coleta de dados quando não surgem novas informações que acrescentem ao trabalho. A técnica utilizada foi a entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado de questões, estas foram gravadas e transcritas. Assim, foi analisada a história de vida, situação atual, trajetória de trabalho a partir de entrevistas que foram realizadas com cinco mulheres responsáveis pelo seu domicílio e que são assistidas pela política de assistência social em Salvador.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, o qual o primeiro aborda a relação entre gênero e família, resgatando uma literatura que trabalha teoricamente essas concepções, bem como suas inter-relações na sociedade capitalista. E discutirei a realidade das mulheres chefes de família na sociedade brasileira, argumentando a respeito do termo utilizado por alguns autores para denominar as mulheres que assumem a responsabilidade do domicílio.

No segundo capítulo, será discutido a respeito da Política de Assistência Social como direito do cidadão que está presente na Constituição Federal de 1988 e amparada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Fazendo uma correlação sobre a política de assistência social e a chefia feminina a partir do discurso sobre a feminização da pobreza, centralização da mulher na Política de Assistência Social, bem como a sua emancipação a partir dessa centralização.

E por fim, o terceiro capítulo aborda sobre a pesquisa de campo que foi realizada com mulheres que chefiam famílias e que são assistidas pela Política de Assistência Social. Nesse item será descrita a metodologia que foi aplicada e como foi o processo de aproximação dessas mulheres nas instituições que prestam serviços da referida política, bem como as estratégias utilizadas. Em seguida, será apresentado um breve relato sobre suas histórias de vida e a análise dos dados obtidos com as entrevistas. A análise dos dados foi dividido em 5 temas o qual foi estruturado de forma que desse conta responder os objetivos específicos do presente trabalho.

II GÊNERO E FAMÍLIA

Neste item, discutirei a relação entre gênero e família, buscando resgatar uma literatura que trabalhe teoricamente essas concepções, bem como suas inter-relações na sociedade capitalista. Desta forma, serão discutidos os papéis que são colocados na sociedade para homens e mulheres de acordo com o seu sexo biológico, bem como a divisão sexual do trabalho para estes atores.

Para além dessa discussão, trabalharei, também, a realidade das mulheres chefes de família na sociedade brasileira, discutindo a respeito do termo utilizado por alguns autores para denominar as mulheres que assumem a responsabilidade do domicílio, e que, por isso, possuem dupla ou tripla jornada de trabalho. Desta maneira, será traçado o perfil das mulheres que chefiam famílias a partir de dados secundários.

2.1 Algumas questões conceituais

O termo “Gênero” é proveniente do inglês “*gender*” e foi inicialmente utilizado pela psicologia norte-americana na década de 1960 para entender e nomear as pessoas que possuíam, no mesmo corpo físico, características e atitudes dos dois sexos, feminino e masculino.

Dessa forma, o termo gênero era particularmente interessante para eles uma vez que “identidade de gênero” daqueles sujeitos não poderia ser uma decorrência natural de características corporais. Cria-se, então, uma dicotomia entre um conceito de **sexo** (o corpo, a natureza) e **gênero** (a cultura, as atitudes), sobre uma teoria que diz respeito, essencialmente, a indivíduos e como estes lidam com seu sexo e seu gênero (SENKEVICS, 2011, p. 1, grifos da autora).

Porém, foi a partir da década de 1970, com a Segunda Onda do Movimento Feminista¹ que o termo começou a ser utilizado por autoras inglesas e americanas para designar o

¹ O feminismo surge a partir da chamada Primeira Onda do Feminismo que aconteceu na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX, e tinha como objetivo a luta das mulheres pelo direito político. A Segunda Onda surge a partir da década de 1960, com a luta das feministas pela igualdade de gênero, e o fim da desigualdade. A Terceira Onda do Feminismo inicia a partir da década de 1990 com as mesmas características da segunda onda, porém é considerada a questão da raça, uma vez que o movimento anterior apoiava somente as experiências das mulheres brancas que pertenciam a determinada classe, ou seja, houve uma reconfiguração da segunda onda do feminismo.

fenômeno da construção social das identidades sexuais e ressaltar o caráter social que existe nas relações entre os sexos.

O “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade (SCOTT, 1995, p.1).

Sobre o conceito de gênero, entende-se que diz respeito a uma classificação, fundamentada pela cultura e influenciada por fatores econômicos, sociais, políticos e étnicos que contribuem para o comportamento dos indivíduos. Sendo assim, é um processo de construção cultural não baseado nas características biológicas do sexo. Logo:

Gênero não é sinônimo de sexo, pois, quando falamos em sexo, estamos nos referindo aos aspectos físicos/fisiológico que distinguem os machos das fêmeas da espécie humana. Por outro lado, quando nos referimos a gênero, estamos refletindo acerca de processos de construção cultural de relações que não decorrem de características sexuais diferenciadas entre homens e mulheres, mas os processos construtores dessas diferenças, produzindo, nesse movimento, desigualdades e hierarquias (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.4).

Sob o mesmo ponto de vista, o masculino e o feminino, assim como homem e mulher, são categorias que foram construídas socialmente e culturalmente através de valores de um determinado momento histórico da sociedade. Importante ressaltar que Gênero não designa somente o feminino, mas consiste no termo utilizado para determinar a relação social existente entre homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher.

Do ponto de vista da gramática, o termo é utilizado para designar “propriedade que têm certas classes de palavras de se flexionarem, para indicar o sexo ou, de modo geral, ausência de sexo” (FERREIRA, 1975). É possível notar que gênero não se refere somente aos indivíduos que possuem o sexo biológico diferente, mas também para flexionar palavras, atribuindo regras na classificação. Nesse sentido, como afirmam as autoras

“no português, por exemplo, os substantivos são geralmente ‘sexualizados’, sendo ou do gênero masculino ou feminino, não existindo o neutro. Já no inglês, os substantivos comuns são sempre neutros, a não ser em casos específicos, ou seja, quando se referem a animais e, portanto, a seres que são, de fato, sexualizados”. (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p.2)

A partir dessa discussão – de que ser homem ou ser mulher não é algo natural/biológico, mas sim uma categoria social e culturalmente construída – pode-se pensar na construção social do feminino. É famosa a frase de Simone Beauvoir (1980) sobre isso: “não se nasce, torna-se mulher”. Percebe-se que desde a infância a menina é ensinada a agir como menina, comportar-se como tal e somente brincar com brinquedos ditos de menina, o

mesmo ocorre com os meninos. Nesse sentido, as mulheres, devido ao seu biológico, são vistas como fêmeas que foram criadas somente para reproduzir e desenvolver o papel de mãe em cuidar e educar os filhos, como também foram atribuídas a elas as atividades domésticas, enquanto os homens têm que desempenhar o papel do macho e provedor da família. Isso ocorre devido à cultura de somente olhar os aspectos biológicos do indivíduo, tratando essas diferenças como algo natural.

Assim, a condição física/biológica da mulher, que propicia a menstruação, conseqüentemente geração e amamentação de um ser, aparece como justificativa para a imposição desta responsabilidade do cuidado dos filhos e do marido. Desta maneira, também se estendeu a estas os fazeres domésticos, delegando, assim, as mulheres a desempenhar “mil e uma” atividades tidas como de sua competência.

Dadas essas atribuições e a sua naturalização, passaram a surgir às diferenças entre os sexos, servindo, assim, para reforçar a ideia de submissão, subordinação e discriminação do sexo feminino em relação ao masculino, gestada historicamente. Assim, alimenta-se a ideia de família patriarcal de que devem ser delegadas às mulheres o fazer doméstico enquanto os homens devem ser os provedores do sustento da família.

Para discutir a respeito da divisão sexual do trabalho, faz-se necessário entender o que é essa categoria, logo trabalho consiste em um processo onde o indivíduo utiliza a sua força física e intelectual para transformar a natureza, sendo necessários determinados elementos para compor esse processo, tais como: os meios e o objeto de trabalho, e a atividade adequada a um fim. A força de trabalho é vendida sob forma de mercadoria, e é a partir dessa venda que os detentores do capital retiram as riquezas. Assim, Karl Marx afirma:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil á vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1867, p.1).

Para além do conceito de trabalho, Marx afirma que a mão de obra feminina foi introduzida no mercado de trabalho a partir do uso das máquinas, uma vez que não exigia força muscular para executar as atividades. Dessa forma, Cássia Carlotto afirma:

Para Marx o início da utilização do trabalho das mulheres pelo capitalista foi facilitado pela introdução da maquinaria que, segundo ele, permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular. À época, as mulheres eram consideradas

parcialmente capazes do ponto de vista jurídico. O olhar sobre as mulheres é o olhar sobre seres indefesos e incapazes, dos quais o capitalista se aproveita para diminuir os salários dos homens adultos, roubar-lhes o trabalho e aumentar os lucros. Diz Marx: ‘Antes, o trabalhador vendia o trabalho do qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos’. (MARX, p. 451).

As relações de gênero são relações de poder que sofrem mudanças de acordo com a sociedade, tempo histórico e dos espaços que o indivíduo, homem ou mulher, se inter-relacionam. A questão de gênero vai possibilitar compreender essas relações que atribuem a estes um *locus* de ocupação diferenciado, dando ao homem uma posição de dominância que foi historicamente construída.

Se tomarmos em conjunto as características que socialmente são atribuídas aos homens em comparação às mulheres, pode-se comprovar que cada uma tem sua contrapartida no outro pólo. Homens e mulheres em nossa sociedade se complementam a partir de relações assimétricas e desiguais. Por exemplo, mantém-se a noção de que para umas pessoas serem fortes as outras devem ser fracas, para que uns dominem, outros devem ser dominados. Desta maneira, instauram-se relações de poder com base na assimetria e na negação de uns em termos do outro (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 5).

A divisão sexual do trabalho se constrói como uma prática social e histórica que divide as atividades femininas das atividades masculinas. Assim, a naturalização das relações de desigualdades entre o feminino e masculino estão intrínsecas na sociedade a partir do momento em que são atribuídas características a esses, diferenciação no papel social desempenhado e distinção nas atribuições, qualificações e remunerações no mercado de trabalho.

Nesse sentido, como afirma Daniele Kergoat (2003, p.1), essa divisão social/sexual do trabalho “tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...)”. Nessa perspectiva, existe a segregação na divisão social/sexual do trabalho, em que se separa trabalho masculino de trabalho feminino, e a questão da hierarquia, pois supõe-se que o trabalho de homem ou realizado por este possui um maior valor em comparação ao trabalho feminino ou realizado por uma mulher. É possível observar que uma das áreas que mais contratam mulheres são os setores de serviços, pois estes têm como características o exercício repetitivo, monótono e estressante, ou seja, são destinados às mulheres devido às atribuições precárias, reforçando a ideia das relações hierárquicas de poder, que são reproduzidas historicamente, afirmando que o trabalho feminino deve ser menos valorizado em comparação ao trabalho masculino devido

as suas especificidades biológicas. Daniele Kergoat explica essa questão, mencionando os dois princípios da divisão do trabalho:

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher). (KERGOAT, 2003, p.1, grifos da autora).

Essa afirmação serve para reforçar a ideia de que as práticas sociais não passam de mero papel social desempenhado, assim reforçando a naturalização das atividades realizadas de acordo com o sexo biológico devido a suas características. A construção da hierarquização dessas atividades é bastante perceptível a partir do momento em que a força de trabalho feminina é inserida no mercado de trabalho. Na França, na década de 1970, quando as mulheres são inseridas no mercado de trabalho, não era paga a elas nenhuma remuneração pela atividade desempenhada, assim afirmando o estigma do espírito materno, no qual a mulher desempenhava essa atividade para ajudar o próximo.

A divisão sexual do trabalho foi objeto de trabalhos precursores em vários países (Madeleine Guilbert, Andrée Michel, Viviane Isambert-Jamati,...). Mas foi no começo dos anos 1970 que houve na França, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que dariam rapidamente as bases teóricas deste conceito. Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma *opressão* específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (KERGOAT, 2003, p.2).

Essas diferenças presentes nas relações de trabalho, assim como divisões nas atividades desempenhadas, demonstram a subordinação existente entre os gêneros. É perceptível também a diferença na qualificação e na remuneração das atividades, demonstrando assim as desigualdades presentes nessas relações.

Como a identidade sexual é uma construção social, cultural e histórica, ela é suscetível de transformações, podendo variar no tempo histórico, como afirmam as autoras:

Não raro, aliás, atividades, comportamentos ou traços que em uma determinada sociedade ou época são considerados ‘naturalmente’ masculinos, podem ser justamente o que em outras se configura como do domínio feminino por excelência. O que nos leva a concluir, portanto, e com bastante segurança, que as identidades sexuais não são inerentes à biologia dos sexos e sim construções sociais, histórica e culturalmente específicas, passíveis de transformação. (SARDENBERG, MACEDO, 2011, p.2)

Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho é determinada a partir das relações sociais existentes entre os sexos, ou seja, entre o masculino e o feminino. Essa divisão sexual do trabalho traz a ideia das desigualdades existentes entre os gêneros, não existindo um complemento das atividades desempenhadas, mas sim uma relação de poder existente do homem sobre a mulher.

Nesse contexto, as relações sociais de gênero são caracterizadas como relações hierárquicas, desiguais e contraditórias não somente pela relação de poder e dominação do masculino sobre o feminino, mas também pela relação Capital x Trabalho articulada pelas questões de exploração e opressão expressas nos espaços produtivos e reprodutivos. Entende-se por espaço produtivo a inserção do indivíduo no mercado de trabalho recebendo remuneração pela sua função desempenhada, enquanto o espaço reprodutivo consiste na execução de atividades domésticas no espaço familiar.

No modelo de família patriarcal as relações são hierarquizadas sendo estimulada a divisão de atividades a ser desempenhadas, o qual é destinado ao homem à responsabilidade com a provisão da família e a mulher o cuidado com os filhos, marido e casa. Uma vez que inseridas no espaço produtivo existe sobrecarga excessiva ocasionada pelo desempenho de diversas atribuições, devido os afazeres domésticos não ser compartilhados entre os demais membros.

Comparando a participação das mulheres no mercado de trabalho, nas décadas de 1970, com a Segunda Onda do Movimento Feminista, a mão de obra feminina começou a ser inserida no mercado de trabalho em relação à década de 1990, quando estava mais consolidado, pode-se observar que na década de 1970 existia um enfrentamento ao conservadorismo que destinava às mulheres os afazeres domésticos e cuidados com a família devido aos seus aspectos biológicos.

Porém na década de 1990, devido à mundialização do capital e dos efeitos da globalização, ocorreu uma diminuição na inserção da mão de obra masculina no mercado de trabalho, enquanto o número de vagas de trabalho remunerado para o público feminino aumentava. Mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mundo do trabalho, as atividades domésticas eram reservadas para estas, cumprindo uma dupla ou tripla jornada de trabalho, alimentando o modelo de família patriarcal no qual o homem/marido é o princípio provedor da família, e a renda da mulher/esposa serve somente para complementar a renda familiar.

Portanto, a intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de ‘trabalhadores/as’ para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital. (PENA,1981 apud NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Pensando na lógica capitalista, o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres, serve para a exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo como também para gerir o capital devido as atividades domésticas garantirem a manutenção e reprodução dos demais trabalhadores no “mundo do trabalho assalariado”. Dessa forma, as relações desiguais de divisão social/sexual do trabalho baseado no trabalho assalariado feminino, ou seja, trabalho produtivo, e as funções do espaço reprodutivo apresentam, respectivamente, relações de exploração e opressão. Essas articulações existentes nos espaços reprodutivos e produtivos no âmbito familiar são necessárias para o capital garantir a manutenção da classe trabalhadora, assim:

O espaço reprodutivo é uma espécie de imitação ‘caricata’ do mundo produtivo. O trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária. Isto é, no processo de acumulação de capital, o *quantum* de mercadoria/força de trabalho é imprescindível, uma vez que é pela exploração do dispêndio de energia socialmente necessária para a produção de mercadoria que se gera a mais-valia. Portanto, o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora. (NOGUEIRA, 2010, p. 60)

Portanto, a família patriarcal é importante para a sociedade capitalista sendo cúmplice na sua dinâmica, devido à atividade doméstica ser uma atividade reprodutiva fundamental para essa lógica, pois ela cria bens indispensáveis para a conservação da família.

Portanto, a família patriarcal, para a sociedade capitalista, é um importante aliado para a sua dinâmica. Os afazeres domésticos, ou seja, o ‘cuidar’ da família é uma atividade reprodutiva fundamental. Nos termos de Marx, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família. E essa é uma das diferenças essenciais entre o trabalho assalariado e trabalho doméstico, pois enquanto um está vinculado ao espaço produtivo, ou seja, criando mercadorias e conseqüentemente gerando valores de troca, o outro está relacionado à produção de bens úteis necessários para a reprodução dos próprios componentes da família, permitindo, em grande medida, que o capital também se aproprie, mesmo que indiretamente, da esfera da reprodução. (NOGUEIRA, 2010, p.61).

Um dos aspectos mais importante dessa instituição para manutenção do capital na sociedade é o autoritarismo e a estrutura hierárquica, atendendo assim às exigências do

processo de produção e reprodução social do capital. Ressalta-se que a função de reprodução da família não é somente para reprodução do capital, mas também para a manutenção da “ordem” em relação ao gênero. Como a função da família consiste na internalização e na perpetuação do sistema, nesse sentido nota-se que um dos objetivos da educação é que a mesma seja diferenciada entre meninos e meninas. Nesse contexto, a família não atua sozinha, ela necessita do apoio da sociedade, da igreja e do Estado para a perpetuação do sistema.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital. Ao exercer suas funções no sistema de controle do capital, a família se caracteriza pelo autoritarismo e por uma estrutura hierárquica, para atender às exigências do processo de (re)produção social do capital, incompatível com a igualdade substantiva. (MEZÁROS, 2002 apud ROCHA, 2013, p.6, grifos do autor).

A partir dessa discussão, os princípios fundamentais do sistema capitalista vão em sentido contrário ao processo de emancipação da mulher na sociedade, uma vez que inserida no espaço produtivo quanto no reprodutivo mantém o sistema, assim preservando os mecanismos estruturais que geram o processo de subordinação da mulher. Nessa perspectiva, a junção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo ocorre a partir da lógica da divisão social/sexual do trabalho, visto tanto no mundo do trabalho assalariado como na família patriarcal que, devido a sua estrutura, impõe uma divisão de trabalho desigual.

A feminização no mundo do trabalho é um avanço positivo para a emancipação feminina, porém esse avanço acaba retraindo essa emancipação devido à dupla ou tripla jornada de trabalho a que essas estão expostas, devido ao trabalho doméstico ser reservado prioritariamente para as mulheres. Vale ressaltar que o trabalho doméstico é fundamental para a reprodução e manutenção da força de trabalho. De certo modo, esse contexto traduz a exploração e opressão do trabalho feminino no mundo do trabalho e no espaço de reprodução, respectivamente.

A partir desse contexto, para o sistema capitalista é interessante que não se estabeleça a igualdade na divisão social/sexual do trabalho, e muito menos que ocorra uma alteração na estrutura da família que permita igualdade nos papéis entre os gêneros, uma vez que ocasionará o desaparecimento da opressão do masculino sobre o feminino, que é uma das características marcantes da família patriarcal.

2.2 Mulheres chefes de família no Brasil contemporâneo

Ser mulher e chefe de família é uma condição com diversas particularidades e acarretada de implicações. Diversos autores denominam esse fenômeno a partir de grafias diferentes, porém com a mesma perspectiva e significados. Alguns autores utilizam a seguinte denominação: mulheres chefes de família (SCOTT, 2002; MACEDO, 2013); família monoparental feminina (IBGE, 2010); ou mulheres chefes de domicílio (MENDES, 2004).

A chefia feminina de famílias nem sempre consiste na ausência do homem no domicílio, podendo esse estar presente, mas a mulher é a principal provedora da família. Porém, muitas famílias que são chefiadas por mulheres possuem somente a figura feminina, ou seja, são solteiras ou divorciadas e com a presença dos filhos no domicílio, denominado esse fenômeno, pelo IBGE (2010), de “famílias conviventes monoparentais femininas”. Nesse sentido, Novellino afirma:

De acordo com as Nações Unidas (1994), pode-se encontrar três tipos de domicílio chefiado por mulher: (a) domicílios compostos por somente uma pessoa; (b) domicílios onde há mulheres e crianças mas não homens adultos; (c) domicílios onde há homens adultos presentes mas onde devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica. De acordo com esta concepção, as mulheres só seriam chefes de domicílio ou pela ausência de homens adultos (por divórcio, separação, viuvez, migração da mulher ou do homem) ou pela incapacidade, deles, em sustentar economicamente suas famílias (NOVELINO, 2004, p.6).

Ao contrário acontece com os homens, o mesmo se caracteriza como chefe de família na presença da figura da esposa e dos filhos, nesse caso o homem é o principal provedor da família.

A mulher se designa chefe de família quase sempre na completa ausência de um parceiro masculino co-residente, enquanto exatamente o contrário acontece com os homens: eles se designam chefes na efetiva presença de uma esposa e filhos (SCOTT, 2002, p. 2).

Nesse sentido, ser chefe de uma família expressa a ideia de poder e hierarquia, muitas vezes marcadas pelas questões de gênero e idade, promovendo assim a desigualdade que persiste em ser duradoura.

O crescimento de domicílios chefiados por mulheres leva à necessidade de aprofundar o conhecimento no que se refere às características dessas que são chefes de famílias, assim se faz necessário traçar um perfil com dados secundários desses domicílios que são chefiados por mulheres observando algumas variáveis, tais como: Cor/etnia, idade, situação conjugal, se possui ou não filhos, escolaridade, ocupação, renda, condições de moradia, entre outras.

Para entender melhor como é formada a população na qual sua parcela possui como chefia de família pessoa provedora do sexo feminino, faz-se necessário apresentar informações sobre esta população. Desta forma, segundo dados da PNAD (2015), a sociedade brasileira é composta, majoritariamente, por pessoas do sexo feminino, as quais correspondem a 51,6% da população, enquanto o sexo masculino o quantitativo é de 48,4%. A razão da população por sexo equivale a 93,9%.

No quesito cor/raça no país, 53,6% se declaravam como de cor/raça preta ou parda, ou seja, mais da metade da população se declaravam negro ou pardo, enquanto as pessoas que se declaravam brancas correspondiam a 45,5%. No que diz respeito à faixa etária da população em 2014, as pessoas que possuíam entre 0 a 14 anos correspondiam a 21,6% da população, o quantitativo de jovens entre 15 a 29 anos que residiam no Brasil equivalia a 24,1% da população. É importante ressaltar que o número de pessoas entre 30 a 59 anos é um número considerado alto se comparado com os demais citados, pois 40,6% da população brasileira possuem essa faixa etária, o que demonstra que a expectativa de vida da população tem aumentado. Assim, 13,7% da população possuem 60 anos ou mais.

Os dados que serão apresentados a seguir são referentes aos domicílios a partir do que constitui domicílios conforme a definição do Censo demográfico 2015, PNAD “a unidade doméstica compreende: a pessoa que morava sozinha em domicílio particular (unipessoal); ou o conjunto de duas ou mais pessoas residentes em domicílio particular, ligadas por laços de parentesco, por dependência doméstica ou por normas de convivência.” O que difere do conceito de família “...composta pelo conjunto de duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguinidade ou adoção na unidade doméstica, ou seja, o conceito de família exclui as unidades domésticas unipessoais.” Desta forma, num domicílio ou unidade doméstica pode conviver mais de uma família.

Segundo base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, 29,1% das famílias no Brasil possui a mulher como pessoa de referência, ou seja, responsável pelo domicílio. Geralmente, a causa dessa chefia feminina é ocasionada por viuvez, divórcio/separação ou solteirice. Nesse sentido, a distribuição dos arranjos familiares com parentesco chefiado por mulheres sem cônjuge e com filhos residentes em domicílios particulares no Brasil equivale a 16,3% dos tipos de arranjos de domicílios no país, sendo esses: Arranjo Unipessoal; 14,4%, Arranjo familiar com parentesco- Casal sem filhos; 19,9%, Arranjo familiar com parentesco – Casal com filhos; 42,9%, Arranjo familiar com parentesco

– Outros tipos; 6,3%, arranjo familiar sem parentesco, 0,3%. Assim, consiste em arranjo familiar com parentesco, IBGE (2015) “Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco residentes na mesma unidade domiciliar. Neste tipo de arranjo, podem ou não ser residentes, na mesma unidade domiciliar, as pessoas ligadas por dependência doméstica e/ou normas de convivência”.

No que diz respeito à proporção do arranjo familiar formado por pessoa de referência com filhos e sem cônjuge por residentes em domicílios particulares com rendimento per capita de até ½ salário mínimo equivale a 27,7% dos arranjos familiares. Quando esses valores são comparados em relação ao sexo da pessoa de referência é notável que quando a mulher é a provedora da família o percentual é de 29,1% em relação ao provedor do sexo masculino que corresponde a 17,2%. Quantitativo este que deixa claro a interferência do gênero para composição da renda da família quando esta é chefiada por mulheres.

Segundo PNAD (2015), a proporção de pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílio particulares que estão em condição de chefes de família do sexo feminino correspondia a 54,9%, uma vez comparado com os homens que estão nessa condição de chefe corresponde a 45,1%. Assim, das pessoas que possuem entre 25 a 34 anos que estão na condição de responsável pela família 56,3% se auto declararam preta ou parda, e dessa parcela 42,9% se declararam como brancas.

No que diz respeito à escolaridade desse grupo 23,6% estudaram até o ensino fundamental incompleto, 17,9% possuem o ensino fundamental completo até o ensino médio incompleto, e 20,3% possui o ensino superior ou algum tipo de especialização. Importante ressaltar que 71,9% das pessoas que possuem essa faixa etária somente trabalham para sustento da família, apenas 1,7% só estudam e 5,8% estudam e trabalham. A respeito da jornada de trabalho, as mulheres que chefiam a família sem a presença do cônjuge, possuíam uma jornada de trabalho de 36,8 horas/semanal dedicadas ao trabalho remunerado e 25,9 horas dedicadas aos afazeres domésticos semanalmente.

Logo, pode-se concluir que é crescente o número de domicílios que são chefiados por mulheres, e esse aumento ocorre devido as transformações que acontecem na sociedade modificando assim o núcleo da família. Sendo distanciado cada vez mais do modelo tradicional, patriarcal de família, podendo ela ter somente um provedor, seja do sexo masculino ou feminino, bem como pessoas agregadas ou morando sozinho.

Esse fenômeno está ligado diretamente à inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho consequentemente as mulheres passam a contribuir ou manter a família, tornando-se assim a principal provedora do lar. A partir do momento que esta assume a chefia da família, ela vive em situação de desigualdade em relação ao homem devido à baixa remuneração do trabalho feminino e a dificuldade de absorção da sua mão de obra. Devido a essas causalidades é percebido situação de vulnerabilidades nos domicílios que são chefiados por mulheres quando comparado ao domicílio que o homem é o principal provedor. A situação de vulnerabilidade se torna mais latente quando a mulher chefe de família é negra. Dados do IPEA (2015) apontam que a proporção de pessoas residentes em domicílios particulares com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, segundo a cor ou raça corresponde a 76% das pessoas que se declaram como preta ou parda no Brasil possui 10% dos rendimentos de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo enquanto 1% da população que se declara branca possuem esses rendimentos. Dessa forma, destaca as desigualdades existentes no que diz respeito ao rendimento segundo a cor ou raça, atingindo de forma desfavorável a população majoritariamente preta ou parda.

Para entender os novos arranjos familiares é importante observar quem é núcleo familiar que compõem esta instituição que tem chefia feminina desta forma, os dados apontam que 26,1% das famílias que possui mulheres chefes são formadas por casais. Enquanto 49,9% são monoparentais, ou seja, formada pela figura da mulher e dos filhos.

Na zona urbana a proporção de famílias que tem como provedora pessoa do sexo feminino é de 39,3% enquanto na zona rural a proporção de mulheres que são responsáveis pela família é de 24,8%, sendo inferior quando comparada a zona urbana. Do total das famílias que possui responsável feminina de cor preta ou parda 38,7% se declaram como essa cor/etnia, enquanto 35,6 % se declaram como branca. Esses valores variam de acordo com a área que residem, predominando sempre a família que é chefiada por mulheres negras.

No que diz respeito a sua composição a proporção de famílias que possuem a figura do conjugue com ou sem a presença de filhos o percentual é bem menor 46,5% quando comparado a família que possui somente o responsável sem o cônjuge e com os filhos, 87,4%. A presença de filhos e enteados de 0 a 5 anos de idade nesses domicílios, é um dado importante a observar, uma vez que 30,3% das famílias que possuem a mulher como responsável tem filhos e enteados nessa idade.

Entre as famílias que possuem renda até ½ de salário mínimo per capita, de acordo com o ano vigente, na área rural 26% a renda era proveniente da chefia feminina, essa proporção é elevada quando se trata dessa chefia na zona urbana, assim 46,4% das famílias que sobrevivem com até ½ de salário mínimo. As famílias que possuem o rendimento mensal equivalente a mais de 2 salários mínimos per capita, 33,2% residem na área urbana e apenas 17,1% vivem na zona rural.

Nesse contexto, as condições de vida das mulheres chefes de família no Brasil são marcadas por desigualdades de gênero e raça, vulnerabilidades, pobreza, exclusão, empoderamento e emancipação feminina. O fato de a mulher residir num domicílio somente com os filhos, se responsabilizando pela casa, pela educação dos filhos e pelo desenvolvimento da família, de certa forma propicia a exposição dessas mulheres e suas famílias a fatores de risco e necessidade de proteção.

Essas condições as colocam em convivência com os fatores de risco e proteção. Fatores de risco são definidos como processos que contribuem para a manutenção de desigualdades, preconceitos e exclusão dessas famílias das situações de superação da condição estereotipada e determinista dos macrossistemas que dificultam suas possibilidades de resgate e fortalecimento de suas dimensões sadias. Fatores de proteção constituem-se dos mecanismos que a família utiliza a fim de encontrar algum alívio para seus sofrimentos e angústias (YUNES; SZYMANSKY, 2001 apud COSTA, MARRA, 2013, p.145).

Os fatores de proteção são necessários para garantir o equilíbrio das famílias diante das situações de riscos. Essas devem ser fortalecidas para superar as situações de risco, enfrentando os diversos tipos de preconceito, estereótipos e o determinismo social.

A família monoparental feminina se constitui devido a alguns fatores, como por exemplo, divórcio/separação ou o fato da mulher ser mãe solteira. Essa condição, de não existir a figura masculina no núcleo familiar propicia o preconceito vivido por essas famílias, quando observada a partir do modelo padrão de família patriarcal presente desde o surgimento da sociedade. Essa questão favorece a exposição dessas mulheres em situações de riscos consequentemente diminuindo o empoderamento.

Nos contextos de vulnerabilidade social, em que a chefia do lar se constitui primeiramente pela necessidade iminente da sobrevivência, a educação dos filhos torna-se uma tarefa árdua. Para Mariano e Carlotto (2009), o fator monoparental acrescido à chefia familiar feminina constitui um grau a mais de vulnerabilidade (MARIANO; CARLOTTO, 2009 apud COSTA; MARRA, 2013, p.145).

Portanto, o fato da família ser monoparental com chefia feminina aumenta o nível de vulnerabilidade, devido aos preconceitos sofridos por essas mulheres numa sociedade em que

a ausência da figura masculina no núcleo é visto como imoral, somado à necessidade de sobrevivência juntamente com o papel de educar e cuidar dos filhos.

III GÊNERO, MULHERES E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse capítulo, será discutido a respeito da Política de Assistência Social como direito do cidadão que está presente na Constituição Federal de 1988 e amparada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Fazendo uma correlação sobre a política de assistência social e a chefia feminina a partir do discurso sobre a feminização da pobreza, centralização da mulher na Política de Assistência Social, bem como a sua emancipação a partir dessa centralização.

Uma vez que a Política de Assistência Social tem a centralidade das suas ações e serviços na família, mantém a mulher como a titular e responsável para o acesso às ações, serviços e benefícios. Desta forma, não existe uma política pública específica para a família monoparental feminina, mas sim uma política que tem como centralidade a mulher para gerir o benefício, que é voltado para a família. Esse fenômeno é recorrente nos programas de transferência de renda, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família.

3.1. A Política de Assistência Social

A Assistência Social é uma política pública, não contributiva, na qual é responsabilidade do Estado ofertar os serviços para quem dela necessite. O reconhecimento dessa política como direito está presente nas bases legais da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8742, de 1993), gestada pelo Sistema Único de Assistência Social. Nesse sentido, segundo a LOAS:

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

A Constituição Federal de 1988, foi o primeiro aparato legal que reconheceu a Assistência Social como uma política social que, juntamente com as políticas de saúde e de previdência social, forma o tripé da seguridade social no Brasil. Vale ressaltar que a proteção social não consiste somente pela junção dessas três políticas que compõem a seguridade, mas sim do somatório dessas políticas com outras. Desta forma, afirma SPOSATI:

A CF-88 estabelece a seguridade social como grande campo da proteção composto por três políticas. Nem a Previdência Social por si só é a proteção, nem a Saúde por si só é a proteção, nem a Assistência Social por si só é a proteção. E, seguramente, proteção social é ainda mais do que essas três políticas já concretizaram como acesso e coberturas. (SPOSATI, 2009, p. 44).

A assistência social existe desde muito tempo, porém com outro sentido. Antigamente, a prática de assistência era caritativa e, sob forma de solidariedade, ajudavam-se pobres e doentes. Geralmente essas práticas de benevolência eram provenientes da Igreja e da camada mais rica da sociedade. Naquela época, a pobreza não era vista como uma das expressões da questão social, mas sim um problema moral do indivíduo. Essa política presente nos aparatos legais ameniza a ideia de caridade e da existência de problemas morais no indivíduo que é beneficiário, pois o problema que faz com que as pessoas se encontrem em situação de vulnerabilidade é uma problemática estrutural da sociedade, já que a riqueza está concentrada nas “mãos de poucos”.

No Brasil, até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Dessa forma a pobreza era tratada como disfunção individual.

A primeira grande regulação da assistência social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS - criado em 1938. Segundo Mestriner (2001, p.57-58): O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (LONARDONI et al., 2006, p.1).

Para que a assistência social se tornasse um direito no qual todos os cidadãos teriam acesso, foi necessária a mobilização, por parte dos movimentos sociais, para que esse direito fosse garantido e que o Estado tomasse responsabilidade em arcar com a área social.

Portanto, o contexto do processo constituinte que gestou a Nova Constituição Federal é marcado por grande pressão social, crescente participação corporativa de vários setores e decrescente capacidade de decisão do sistema político. A Constituição Federal de 1988 – CF/88, aprovada em 5 de outubro, trouxe uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social (LONARDONI et al., 2006, p.4).

Nesse sentido, a Seguridade Social é de responsabilidade do Estado e voltada para assegurar o direito à saúde, à previdência e à assistência social. Portanto, a política de assistência social está inscrita nos seguintes artigos da Constituição Federal de 1988:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I–descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988).

Constam como objetivos da assistência social, de acordo com o artigo segundo da LOAS:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993).

Para construir esta política, levou-se em conta três vertentes de proteção social, como descrito na PNAS (2004):

[...] para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) “busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar

claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.” (PNAS, 2004)

Entende-se por Proteção Social as formas ‘institucionalizadas’ que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (PNAS, 2004, p.31)

Desta forma, a proteção social deve garantir ao indivíduo segurança de sobrevivência, segurança da acolhida e segurança do convívio ou vivência familiar.

Assim, entende-se por segurança de sobrevivência de rendimentos ou de autonomia a garantia de que todos tenham condições de assegurar sua sobrevivência, em situações de desemprego ou invalidez, nesse caso abrange pessoas com deficiências, idosos e as famílias que não possuem condições de se manter de forma digna, garantindo as necessidades básicas para todos os membros.

Por sua vez, consiste em segurança da acolhida suprir as necessidades humanas, como por exemplo, o direito à alimentação, ao vestuário, ao local de moradia, ou seja, constitui-se no provimento de condições mínimas necessárias à sobrevivência. As situações que demandam o cumprimento dessa medida são para casos de separação da família por diversas situações, como violência familiar ou doméstica, alcoolismo, desemprego, idade, quando a existência de idosos e crianças, ou por algum tipo de deficiência seja ela física ou mental.

A segurança do convívio diz respeito a viver em comunidade e na família isento de situações de reclusão e perdas de relações, ou seja, deve ser fortalecida tanto na família quanto na comunidade, pois é a partir das relações que o indivíduo se caracteriza enquanto ser social e constrói sua subjetividade. Desta forma, a segurança do convívio ou vivência familiar tenta garantir o direito do convívio ao indivíduo.

Nessa perspectiva, são diretrizes que orientam e organizam a assistência social, baseadas na LOAS (1993):

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Para colocar os princípios e diretrizes presentes na LOAS em ação faz-se necessária a gestão do SUAS, por meio de um sistema descentralizado e participativo que organiza e regula as ações socioassistenciais em todo o território nacional. Os programas, os serviços e os benefícios da assistência social têm como centralidade a família, seus membros e os indivíduos a partir da territorialização.

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socio-assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas. (PNAS, 2004, p.40)

Desta forma, constam nas bases organizacionais do SUAS, segundo a PNAS (2004): a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa e territorialização, as novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil, o financiamento, o controle social, o desafio da participação popular/cidadão usuário, a política de recursos humanos, a informação, o monitoramento e a avaliação.

A formulação e execução dos programas e benefícios da assistência social possuem a família como o centro da política de assistência, por entender que a família é a primeira instituição que o indivíduo tem contato, e considerando ser um espaço de contradições, pois ao mesmo tempo em que a família tem o papel de cuidar e acolher ela também é considerada um espaço de conflitos.

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (PNAS, 2004, p. 41)

Nesse contexto, as transformações societárias ocasionaram mudanças no modelo de família, sendo reflexo dessas modificações a chefia feminina de família, que vem sendo um fenômeno recorrente na sociedade contemporânea devido a alguns fatores, como por exemplo, como a inserção da mão de obra feminina, a solteirice, a viuvez e o divórcio/separação.

Porém, as famílias que são chefiadas por mulheres não possuem nenhum tipo de proteção social. Apesar de a Política de Assistência Social ter como centralidade a mulher para gerir o dinheiro proveniente dos programas de transferência de renda, o Estado ainda não interviu, por meio de políticas públicas, nesse não tão novo modelo de família, que se faz necessário devido às discriminações e desigualdades presentes, no que diz respeito ao gênero. É notório que o sexo feminino na sociedade marcada pelo capitalismo e pelo patriarcado é colocado em posição subalterna aos homens, sendo, assim, remunerada de maneira desigual.

3.2. Mulheres que chefiam famílias e a política de assistência social

A mulher, quando está na chefia da família, encontra demandas adversas e enfrenta condições particulares. A identidade das mulheres que chefiam famílias está associada a condições de pobreza, à questão de raça à religiosidade, desde a década de 1930. A partir de 1980, a análise de gênero a partir de indicadores sobre o crescimento da pobreza no mundo vai apontar que a maioria da população em situação de pobreza é composta por mulheres, desta forma surgem diversas políticas que atribuem esse processo à feminização da pobreza.

O clássico trabalho organizado por Buvinic et al. (1983), intitulado *Women and poverty in the Third World*, tornou-se uma referência obrigatória nos trabalhos sobre a situação das mulheres e seu difícil acesso aos recursos existentes nos países do chamado Terceiro Mundo. A divulgação de pesquisas desta natureza, vai inspirar um conjunto de políticas que irá dar forma ao que mais tarde passou a ser chamado de *Programas de Gênero e Desenvolvimento*, implementados por agências internacionais, que atribuem a um processo de *feminização da pobreza* a identificação das mulheres como “a grande massa da pobreza mundial” (MACEDO, 2013, p.9).

O conceito de feminização da pobreza tem origem a partir do fenômeno no qual as mulheres encontram-se em maior situação de vulnerabilidade quando comparado ao homem, associando esse fenômeno ao aumento de famílias chefiadas por estas, sendo vista como indicador de pobreza, como afirma Novellino:

A feminização da pobreza é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens. Este conceito foi introduzido pela estadunidense Diane Pearce em 1978 (Buvinic e Gupta, 1994:24; Garfinkel e MacLanahan, 1986:13), a qual atribui este fenômeno ao aumento no número de famílias pobres chefiadas por mulher (NOVELLINO, 2004, p. 3).

O estudo sobre feminização da pobreza é associado a fatores como geração de renda e o acesso das mulheres as políticas públicas, como descreve Novellino:

De acordo com Pearce (1978), a feminização da pobreza deve ser estudada sob os seguintes aspectos: as fontes de renda e os resultados das políticas públicas de redução da pobreza. Ela categoriza as fontes de renda em: (a) salarial; (b) transferência privada, tal como pensão alimentícia; e (c) transferência pública, que pode ser de dois tipos: aquela recebida pelas mulheres em caso de licença ou aposentadoria, caso tenham direito à seguridade social; e aquela que é recebida pelas mulheres pobres beneficiadas por programas de redução da pobreza que fazem parte das políticas públicas do Estado. Em sua opinião, a questão em torno das políticas públicas é verificar se tais políticas auxiliam na superação da situação de extrema pobreza das mulheres chefes de família ou se acabam por perpetuá-la (NOVELLINO, 2004, p. 4).

Esse fenômeno pode está associado à inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho, levando em consideração a desigualdade salarial quando comparada à inserção da força de trabalho masculina, trabalho temporário, entre outros. Nesse sentido, Novellino afirma que:

Portanto, a feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal. Por este motivo, os estudos sobre feminização da pobreza e mulheres chefes de família/domicílio estarão sempre incluindo indicadores que possam dar conta de sua forma de participação no mercado de trabalho. (NOVELLINO, 2004, p. 3)

No Brasil, a política de assistência social tem como centralidade a família, sendo desenvolvidas ações socioassistências que intervém como fator de proteção a essa instituição, cujos membros estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e possui em sua composição crianças, adolescentes, deficientes, idosos e gestantes, ou seja, aqueles que devido as causalidades são considerado vulneráveis. Porém a titularidade para acessar os serviços e benefícios é concedida a mulher, uma vez observada o papel de acordo com o sexo biológico, empregando não só a responsabilidade em cuidar da casa, dos filhos e de sua educação, como também as responsabilidades para o cumprimento das normas os quais se faz necessário para não perder o benefício/auxílio e, conseqüentemente, permanecer no programa, quando este é um programa de transferência de renda ou habitacional.

Desta forma, Cássia Carloto e Silvana Mariano (2008, p.157) afirmam que: “A partir de seus papéis na esfera doméstica ou da reprodução, a mulher tem sido a interlocutora principal tanto como titular do benefício, quanto no cumprimento das condicionalidades”.

Assim, o acesso a essas políticas acaba por reforçar a desigualdade de gênero ao mesmo tempo em que emancipa. Devido a justificativa dada nos programas de transferência de renda para conferir que mulher seja a titular nas políticas de transferência de renda reforça e naturaliza seu papel na sociedade de acordo com o seu sexo biológico, pois idealiza que a pessoa do sexo feminino tem mais cuidados com os filhos e que priorizará a renda do benefício/auxílio para cuidar dos filhos e manter a casa, sendo pensado de forma contrária o papel do homem que acreditam ter mais facilidade em abandonar a casa, os filhos e priorizar outras demandas que não sejam com a família, casa ou filhos. Quando um desses programas/auxílios/benefícios tem o homem como titular, casos de baixa frequência, isto ocorre devido a duas condições: ou porque o homem é chefe de família e não possui a figura feminina no domicílio, ou devido à mulher não possuir documentações exigidas pelo programa, fazendo-se necessário apresentar as documentações do seu cônjuge.

Dessa maneira, conferir titularidade a mulher nos programas da política de assistência reforça as desigualdades existentes de acordo com o sexo biológico ao idealizar que a mulher é cuidadora, enquanto o homem tem facilidade de abandonar o domicílio.

Podemos destacar o modo como uma concepção idealizada em torno das divisões dos papéis sexuais orienta a conduta das pessoas e é introduzida em uma política social. Esta concepção expressa, de modo explícito ou implícito, a vigência de um modelo de família, com papéis complementares e hierarquizados que, por sua vez, representa a herança de uma filosofia acerca da distinção entre público e privado. Como resultado, perante a política de assistência social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher, vinculando-o à maternidade (CARLOTO; MARIANO, 2008, p. 157-158).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que afirma as desigualdades de gênero à mulher sendo titular no programa de transferência de renda, emancipa e a torna independente, uma vez que possuir uma conta bancária em seu nome dá certa autonomia, pois ela pode gerenciar um recurso financeiro que, antes, não possuía.

As avaliações comumente feitas sobre os resultados na vida das mulheres a partir da inserção nos programas de transferência de renda têm enfatizado a conquista da auto-estima, o exercício de cidadania, tendo como indicador a titularidade de um cartão de banco que possibilita um maior poder para mulher, no uso e aplicação dos recursos recebidos. Mulheres que nem sequer tinham documentos, passam a ter um cartão de banco. A possibilidade de inclusão, via o acesso ao consumo mínimo necessário para a sobrevivência imediata da família, é um indicador simplista para afirmarmos que as mulheres tornam-se cidadãs. (CARLOTO, MARIANO, 2008, p. 163).

Entretanto, afirmar a conquista da autoestima após a inserção nos programas de transferência de renda é contraditório ao ver que, na realidade, as mulheres utilizam a renda

proveniente desse recurso para gastos básicos, como por exemplo, alimentação, compra de móveis, pagamentos de contas de água, energia, gás, entre outros, e não para os cuidados pessoais.

A questão da auto-estima torna-se um indicador sempre muito valorizado, sobretudo por parte das gestoras e executoras dos programas de transferência condicionada de renda. Mas é preciso tomar cuidado, pois estamos lidando com mulheres que por sua condição de gênero e classe articulado à raça/etnia, têm uma percepção de si muito marcada pela subalternidade, e sem espaços de sociabilidade e fala (CARLOTO; MARIANO, 2008, p. 163).

Portanto, a relação entre as mulheres que chefiam famílias e as políticas sociais, mais precisamente a política de assistência social, é regada pela desigualdade de gênero ao mesmo tempo em que, como consequência desse evento, a mulher que é mãe se torna independente ao ter a titularidade dos programas de transferência de renda, entretanto é imposta a essa a sobrecarga referente a responsabilidade para ter esse “poder”.

IV OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES QUE CHEFIAM FAMÍLIAS E SÃO ASSISTIDAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse momento, apresentarei a pesquisa de campo que foi realizada com mulheres que chefiam famílias e que são assistidas pela Política de Assistência Social. Inicialmente, será descrita a metodologia aplicada e como foi o processo de aproximação dessas mulheres nas instituições que prestam serviços da referida política, bem como as estratégias utilizadas. Em seguida, será apresentado um breve relato sobre suas histórias de vida e a análise dos dados obtidos com as entrevistas.

4.1. O percurso metodológico

Esta pesquisa buscou conhecer os modos e as condições de vida das mulheres chefes de família que são assistidas pela Política de Assistência Social em Salvador, a partir de um enfoque nas relações entre classe e gênero na análise e de uma pesquisa de campo com as mesmas. Nesse sentido, foi utilizada a abordagem qualitativa para a coleta e análise de dados, visto que o objetivo aqui era buscar compreender, discutir e analisar os modos de vida das mulheres chefes de família.

Para Minayo (2007, p.21) a pesquisa qualitativa se ocupa, “nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Nesse caminho das abordagens qualitativas foi utilizado o método de saturação para definir a quantidade de entrevistas suficientes. O método consiste em parar a coleta quando não surgem informações novas que acrescentem ao trabalho. Sendo assim, uma categoria é considerada saturada quando não surgem novas informações durante a sistematização de dados, isto é, não possuem novas propriedades, elementos, situações ou consequências nos dados.

A técnica utilizada foi a entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado de questões relacionadas à família de origem, constituição da nova família, trajetória de trabalho e política de assistência social. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A escolha por essa técnica foi considerada por possuir a característica do diálogo de acordo com a finalidade

proposta no trabalho, e por sua forma de organização. O roteiro de entrevista semiestruturada, combinou perguntas fechadas e abertas, em que as entrevistadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre as questões levantadas. Nesse sentido:

“A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundo – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia.” (MINAYO, 2007, P.65)

A análise do conteúdo das entrevistas se deu à luz da literatura estudada acerca da categoria gênero e da Política de Assistência Social, literatura esta que norteou a organização conforme os temas abordados nas falas das entrevistadas. Trata-se de uma abordagem que busca uma análise temática do conteúdo (MINAYO, 2007), identificando categorias e temas significativos e relacionando-os à dinâmica sociocultural e institucional em que estão inseridos os sujeitos.

A pesquisa de campo teve início em dezembro de 2016. A tentativa primeira de busca pelas mulheres ocorreu nos CRAS. Porém, devido à dificuldade encontrada por ser final de ano e em função desses equipamentos estarem passando por processo de relatoria, foi necessário buscar outros meios para tentar localizar as entrevistadas. Assim, foi levada em consideração a indicação de colegas que tinham contato pessoal com mulheres que se encaixavam no perfil. Do mesmo modo, no período de dezembro, fui conhecer o Projeto Incluir, é uma instituição que possui como objetivo promover a inclusão social e prestar assistência às pessoas com deficiência disponibilizando serviços como, por exemplo, cursos, inserção no mercado de trabalho, educação continuada e oficinas terapêuticas para o desenvolvimento cultural e artístico dos assistidos. Logo, essa instituição é frequentada por pessoas com deficiências que são acompanhadas pelos seus responsáveis, em sua maioria esses acompanhantes são suas mães, para participação das atividades propostas pela instituição. Nesse projeto, encontrei algumas depoentes também.

Seguindo o cronograma da pesquisa, foram realizadas cinco entrevistas no período de dezembro e janeiro. Os locais em que foram realizadas essas entrevistas foram no Projeto Incluir, instituição a qual visitei, na casa de uma entrevistada, e no local de trabalho de uma outra.

No Projeto Incluir, após a visita e o conhecimento dos dias em que estavam ocorrendo as atividades na instituição, foi realizada a abordagem na tentativa de localizar as mulheres que, além de chefiarem suas famílias, são também assistidas por algum serviço ou programa da política de assistência social. Em seguida à explanação do que seria a pesquisa realizada, como também seu objetivo e importância, solicitei a participação voluntária das presentes e três delas aceitaram participar. Nesse momento, foi preenchido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que explica sobre a pesquisa, os seus objetivos, a metodologia e informações que dizem respeito ao sigilo.

Dando continuidade na busca para conhecer e entrevistar mulheres, fui entrevistar uma usuária do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um bairro da cidade e acionei, também, a rede dessa mesma entrevistada na tentativa de localizar mais mulheres. O contato com essa usuária do CRAS foi facilitado por uma colega, assistente social, membro de um Grupo de Pesquisa. Assim, consegui entrevistar mais duas mulheres, uma em sua casa e a outra no seu local trabalho. Essas duas entrevistas foram realizadas no mês de janeiro.

4.2. As entrevistadas

Aqui, serão apresentadas, em linhas gerais, as trajetórias de vida das entrevistadas. Para a manutenção do sigilo, foram dados nomes fictícios às mulheres. Optei por nomes de flores, que foram escolhidos por simbolizarem a força e a renovação, mesmo encontrando barreiras e intempéries no caminho. São mulheres que não deixaram de florescer – de flores ser.

Tulipa

Tulipa tem 70 anos, se autodeclarou como parda, possui ensino fundamental. Residia com os pais na infância e era a oitava de sete irmãos. Sua mãe também era chefe de família, tendo se tornado viúva por duas vezes seguidas. Durante sua infância, apenas estudou e os afazeres de casa eram divididos entre ela, sua meia irmã e os setes irmãos do sexo masculino. Sua família sobrevivia da renda proveniente do trabalho dos seus pais e quando o seu pai veio a falecer, a família sobrevivia da aposentadoria que sua mãe recebera e também contava com a ajuda do seu padrinho, que achava que era de sua responsabilidade cuidar da família de seu compadre depois da sua morte.

Sua trajetória de trabalho começou aos 16 anos, como empregada doméstica, fazendo unhas e cabelos para ajudar sua mãe no sustento da casa, porque o que essa ganhava de aposentadoria não dava pra sustentar a família. Nesse meio tempo, ela adotou uma menina, abandonando os estudos para trabalhar e cuidar da criança. Logo depois, trabalhou de servente em algumas empresas. Sua carteira de trabalho só foi assinada quando ela já tinha constituído a sua nova família. Posteriormente, teve que deixar de trabalhar para cuidar da sua mãe, que estava com problemas de saúde.

No momento atual, ela é mãe de quatro filhos, três mulheres e um homem, e avó de cinco netos. Não é oficialmente casada, mas vive há trinta e dois anos com o pai de seus filhos. Uma das filhas possui Síndrome de Down, dois constituíram uma nova família e uma é falecida. Assim, ela reside com o companheiro, a filha que possui deficiência, a neta e o irmão. E os afazeres de casa ficam por conta dela. A renda para sustento da família é proveniente de sua aposentadoria e do Benefício de Prestação Continuada que sua filha recebe. Seu companheiro realiza trabalho informal (bicos), porém não é uma renda fixa, com a qual ela possa contar.

Ela se tornou chefe de família em dois momentos: depois que sua mãe faleceu, pois ela assumiu o lugar da sua mãe e no momento que seus filhos saíram de casa e formaram suas famílias. Assim, ela se sente totalmente responsável pela sua família, tanto por aqueles que residem com ela, principalmente, pela filha que possui deficiência, como também pelos filhos e netos que não residem com a mesma, mas ela dedica a vida e se sente responsável. A renda do Benefício de Prestação Continuada é utilizada para comprar medicamento, alimentação e pagar as contas de água, luz e aluguel.

Rosa

Rosa tem 80 anos, se autodeclarou negra, estudou até a terceira série do ensino fundamental. Residia com seus pais e mais cinco irmãos que já são falecidos. Sua família sobrevivia da renda proveniente do trabalho de seus pais, sua mãe era costureira e seu pai trabalhava em um colégio para jovens que cometeram atos infracionais.

Atualmente, Rosa é viúva, possui sete filhos, quatro homens e três mulheres, porém ela reside somente com seus dois filhos que são portadores de deficiência e os outros cinco filhos constituíram novos núcleos familiares. Assim, os afazeres domésticos ficam por conta de Rosa, que se tornou chefe de família depois que ficou viúva há 20 anos. Ela se sente

totalmente responsável por sua família e, ao mesmo tempo, orgulhosa por ser chefe desse grupo.

A renda para sustento da casa é proveniente do Benefício de Prestação Continuada, mais uma pensão que um dos seus filhos recebe do pai. A renda do benefício é utilizada para comprar alimentação, remédio, pagar consulta médica e também ela coloca na conta poupança dos filhos.

A sua trajetória de trabalho foi até os 60 anos, como lavadeira, porém deixou de trabalhar para ter que acompanhar os seus filhos que possuem deficiência ao médico e a escola.

Angélica

Angélica tem 51 anos, autodeclarou-se parda, estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Na infância, residia na zona rural com seus avós e seus quatro irmãos. No total, eram três mulheres e um homem. Seus pais eram separados. Por ela ser a irmã mais velha, ela tomava conta dos seus irmãos, enquanto seus avôs trabalhavam na roça para o sustento da família. Nessa época, a única renda era proveniente da agricultura e do trabalho informal (bicos) que seu avô desempenhava. Quando Angélica tinha 18 anos, seu avô conseguiu se aposentar.

Angélica casou e constituiu uma nova família, foi casada por 28 anos até que seu marido veio a óbito. Como fruto dessa relação, ela teve duas filhas, uma tem deficiência e a outra, mais velha, trabalha e constituiu uma nova família. Atualmente, Angélica mora com sua filha mais nova e com os netos, que foram fruto de um relacionamento anterior que sua filha mais velha teve antes da constituição da nova família. Os afazeres da casa são divididos entre Angélica e seus dois netos.

A renda que sustenta essa família é proveniente da pensão que ela recebe pela morte do seu marido e do Benefício de Prestação Continuada. Angélica se tornou chefe de família a partir do momento em que ela casou, pois seu companheiro trabalhava de maneira informal para ajudar nas despesas de custear as despesas de casa. Ela se sente totalmente responsável pela sua família.

Angélica não possui uma trajetória de trabalho remunerado, realizou somente o trabalho como dona de casa, de cuidadora do seu lar. A renda do BPC é utilizada para comprar alimentação, medicamento, pagar as contas de água e luz.

Margarida

Margarida tem 35 anos, autodeclarou-se branca, possui ensino médio completo. Na infância, residia com seus pais, os quatro irmãos e sua avó, na zona rural de Lagarto. Sua família sobrevivia da agricultura. Nos períodos de estiagem, seu pai vendia ovos e galinha para sustentar a família. Enquanto seu pai e irmãos iam para roça trabalhar, Margarida e sua mãe cuidavam dos afazeres da casa.

Mudou-se para Salvador com 18 anos, quando foi conviver com seu namorado e constituir sua nova família. Após cinco anos de convivência, eles oficializaram a relação e ela engravidou dois anos depois. Com 14 anos de convivência, eles se separaram. Hoje a filha do casal tem seis anos e estuda.

Margarida trabalha como autônoma com a venda de geladinho, bolo e pipoca. Como sua filha é pequena, no período da manhã, antes de ir trabalhar, Margarida a deixa com uma tia e, no período da tarde, a pequena vai para a escola. Ela se sente responsável por sua família, pois, como relata, são somente as duas.

Sua trajetória de trabalho começou desde cedo. Quando tinha aproximadamente sete anos de idade, ela ajudava o pai na lida da roça, colhendo frutos para vender. Quando se mudou para Salvador, realizou trabalho informal em um restaurante, ficando desempregada após descobrir que estava grávida. Retomou a vida laboral um pouco antes de se divorciar, passando a trabalhar como autônoma, o que faz até hoje. Assim, Margarida nunca trabalhou de carteira assinada. Hoje, sua família sobrevive da venda de geladinho, bolo, do Programa Bolsa Família e do Programa Primeiro Passos. A renda dos programas é destinada para pagar a escola da filha uma vez que o pai deixou de pagar a pensão por estar desempregado.

Amarílis

Amarílis tem 37 anos, autodeclarou-se negra, estudou até o primeiro ano do ensino médio. O pai faleceu quando ela tinha cinco anos, desde então sua mãe tornou-se chefe de família e fez diversos serviços para o sustento, desde serviços gerais, fazendo faxina e lavando roupa, a ser lavradora, cuidando da roça, até o momento que conseguiu ser pensionista. Na infância, Amarílis residiu em São Francisco do Conde, Região Metropolitana de Salvador, com sua mãe e seu irmão. Apesar de ter outra irmã mais velha, não conviveu com ela, pois a mesma foi morar com o pai. Sua mãe era analfabeta, porém uma mulher

“guerreira e honesta”. Ela levava Amarílis e o irmão para o trabalho e, quando não podia, deixava os filhos na casa do irmão, apesar das crianças não gostarem.

Quando eles completaram sete anos, foram para a creche, o que facilitou um pouco a vida da mãe de Amarílis em termos de deixar os filhos em um local seguro para ir trabalhar. Não havia divisão das atividades domésticas, por sua mãe ter sido dona de casa no tempo em que seu pai era vivo, ela não deixava os filhos participarem dessa rotina.

Amarílis engravidou com 16 anos do seu primeiro filho, logo após se casou, assim constituindo sua nova família. Porém, aos 19 anos, ela veio a se separar do pai do seu primeiro filho, pois o relacionamento não estava dando certo e ela sofria violência psicológica. Após a separação, ela passou por momentos difíceis de ameaças e perseguições do seu ex-marido. Nesse contexto, ela se mudou para Salvador por não conseguir medidas protetivas, assim ela passou a residir com sua irmã e, posteriormente, com a sua tia, e seu filho continuou morando com sua mãe, pois esta conseguiu a guarda do neto. A mãe de Amarílis vendeu a casa em São Francisco do Conde e comprou outra casa, em Simões Filho, que também fica na Região Metropolitana de Salvador, para poder ficar perto da sua filha e para que a família pudesse continuar unida.

Nesse contexto, Amarílis constituiu uma nova família. No seu segundo relacionamento, foi conviver com o companheiro após um ano e meio de relação, e teve outro filho. Atualmente, Amarílis reside com seus dois filhos, o companheiro e um enteado. Seu companheiro está desempregado e vivem do seguro desemprego.

Ela é autônoma, confecciona arranjos de flores para venda, mas também já foi vendedora de lingerie. Seu primeiro emprego foi aos 18 anos, como operadora de telemarketing, porém foi demitida e passou a trabalhar como autônoma.

As atividades domésticas não são totalmente compartilhadas por todos os membros da família, sobressaindo somente as atividades realizadas por ela, e os filhos ajudam quando querem.

Hoje, ela é assistida pelo Programa Bolsa Família e esse benefício serve para comprar os materiais escolares do filho que estuda e ajuda também na compra dos materiais para confeccionar seus arranjos de flores para a venda, que tem mais encomenda nos períodos comemorativos, como por exemplo, nos meses de maio e dezembro.

Amarílis se tornou chefe de família ao término do primeiro relacionamento, quando teve que voltar para a casa da sua mãe e cuidar do seu filho.

4.3. Análise dos resultados da pesquisa

Aqui, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, o que será feito de acordo com as questões que compuseram o roteiro de entrevista. Assim, a análise será organizada a partir de cinco temas: características sociodemográficas, família de origem, constituição da nova família, trajetória de trabalho, proteção social e o acesso à Política de Assistência Social. Essa estrutura para análise das entrevistas consiste em organizar as respostas obtidas que sanam os objetivos específicos deste trabalho.

a) Características sociodemográficas

Todas as mulheres entrevistadas são da classe trabalhadora, situação observada desde gerações anteriores, como a de seus pais e, em alguns dos relatos, seus avós. Apenas uma das entrevistadas não se autodeclarou negra² e as idades das entrevistadas variam de 35 a 80 anos. Em relação ao número de filhos, varia de um a sete, e o número de residentes por domicílio, de duas a cinco pessoas. Quanto à inserção no mercado de trabalho, nenhuma das entrevistadas está inserida no mercado de trabalho formal: duas são autônomas, duas possuem apenas a renda de benefício da Política de Assistência (próprio ou de filho com deficiência) ou pensão, e uma é aposentada.

Segue, abaixo, tabela com sistematização dos dados.

² De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são consideradas negras as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas.

Tabela 1. Características sociodemográficas das entrevistadas – Salvador/ BA – 2017

Entrevistada	Raça/cor (autodeclaração)	Idade (em anos)	Nº de filhos	Nº de residentes no domicílio	Escolaridade	Inserção no mercado de trabalho
Tulipa	Parda	70	4	3	Ensino Fundamental completo	Aposentada
Rosa	Negra	80	7	3	Ensino Fundamental incompleto	-
Angélica	Parda	51	2	4	Ensino Fundamental incompleto	-
Margarida	Branca	35	1	2	Ensino Médio completo	Autônoma
Amarílis	Negra	37	2	5	Ensino Médio incompleto	Autônoma

Fonte: Sistematização das entrevistas. Elaboração própria.

Em relação à fonte de renda, as duas idosas entrevistadas, Tulipa e Rosa, cuidam de filho com deficiência e, por isso, contam com o Benefício de Prestação Continuada como parte da renda familiar, sendo que uma delas recebe, também, aposentadoria e, a outra, conta com pensão a que um dos filhos tem direito. É importante ressaltar que, à medida que avança a idade, crescem, também, os gastos para provimento da subsistência, como é o caso de gastos relativos à manutenção da saúde. Outra entrevistada, Angélica, também cuida de filho com deficiência e, conseqüentemente, conta com o BPC, além de receber pensão por morte do companheiro. Para Margarida e Amarílis, a renda proveniente dos benefícios da Política de Assistência é complementar às suas atividades como autônomas. As duas são beneficiárias do Bolsa Família e Margarida, além disso, é, também, beneficiária do Programa Primeiros Passos, de natureza municipal.

b) Família de origem

A família é uma instituição importante, pois é uma instância socializadora de valores, ideias e formas de vida. Sendo assim, é fundamental nesse processo de pesquisa e conhecimento, saber sobre a família de origem das mulheres, sobretudo porque muitas vivências históricas são reproduzidas nesse espaço, inclusive a predominância da chefia feminina de família por entre gerações diferentes de mulheres.

Em todo processo histórico, a sociedade passa por transformações econômicas, políticas, sociais conseqüentemente a família também passa por esse processo de modificação

por ser uma instituição que acompanha o momento histórico da sociedade. O surgimento dos novos arranjos familiares é consequência desse processo de reprodução e produção da sociedade. Mais contemporaneamente, os processos de globalização, industrialização, migração, urbanização, inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho ocasionaram o que pode ser entendido numa sociedade normativa como “desorganização” familiar.

Os dados obtidos nas entrevistas, sobre a família de origem, apontam para diferentes configurações de família para além da tradicional família nuclear se fazendo presente outras configurações: a família extensa, onde o grupo é composto por duas ou até três gerações e a família monoparental feminina, sendo que nesses casos a chefia feminina foi ocasionada pela viuvez, onde os pais das entrevistadas faleceram e suas mães ficaram responsáveis pela família.

Durante a entrevista, quando as entrevistadas foram questionadas sobre quem compunham a sua família de origem as mesmas citaram quem elas consideravam a sua família, como apontam os relatos:

“A minha família de origem é meu pai, minha mãe né?! Já são falecidos. Todos dois trabalhavam. Irmãos, tinha 7 irmãos homens, todos homens, de mulher só eu. A filha única.” (Tulipa)

“Meus pais, o meu pai casado com minha mãe, 5 irmãos falecidos.”(Rosa)

“Eu fui criada por minha avó e meu avô. Era casada e mais quatro irmãos meus. Era um homem e quatro mulheres comigo... Era separados mas era vivo.”(Angélica)

“É quatro irmãos, pai e mãe e minha avó que morava com a gente.” (Margarida)

“... assim foi a minha infância, só nós dois e ela sendo pai e mãe pra nós né?!” (Amarílis)

Assim as entrevistadas consideram como sendo a sua família de origem aquelas pessoas com quem residiam e que possuíam um vínculo afetivo.

Como a família é uma instituição que expressa as transformações da sociedade, na sociedade capitalista a mesma atua sendo aliada a esse sistema reforçando a manutenção da estrutura patriarcal, como também de manutenção da “ordem” em relação ao gênero, uma vez que existe a hierarquização conseqüentemente a divisão entre o masculino e feminino, tão funcional à reprodução desse sistema.

Nesse sentido, nota-se que um dos objetivos da educação fornecida pela família é a diferenciação entre aquela oferecida para os meninos e para as meninas que separam as atividades que devem ser desempenhadas pelos filhos e pais das que devem ser desempenhadas pelas filhas e mães, sendo presente também o fator geracional para a divisão dessas atividades.

A divisão sexual das atividades domésticas predominantes dentro da unidade familiar sempre ficam sob a responsabilidades das mulheres e das filhas mais velhas, que ficam responsáveis também de cuidar dos irmãos mais novos, enquanto os pais trabalham sobrecarregando assim com várias atividades e responsabilidades que elas tinham que dar conta, muitas vezes forçada amadurecer precocemente devido às essas responsabilidades dadas. Assim, desde a infância as meninas são ensinadas de forma natural a cuidar da casa e dos seus irmãos mais novos.

As entrevistadas relatam como ocorria a divisão sexual do trabalho doméstico nas suas casas:

“Meu pai e minha mãe deixavam uma irmã mais velha por parte de pai tomar conta da gente pra botar pro colégio, pra fazer os afazeres da casa que nessa época não existia água encanada, tinha que pegar da fonte, todo mundo tinha sua tarefa, cada um tinha sua tarefa. Estudava de manhã. Primeiro enchia os túneis para depois ir ao colégio. Quem estudava de tarde também era a mesma coisa. Uma semana um cuidava da casa, outra, eu lavava a roupa, a irmã mais velha levava a gente pro dique porque não tinha água encanada. Pegava água de lata...” (Tulipa)

“Minha avó mais meu avô trabalhava na roça, eu morava na zona rural e eu que era a mais velha da turma que tomava conta dos outros quatro pequenos.” (Angélica)

“No caso, eu era da roça ai era assim, eu quando já tava maiorzinha ficava em casa, ajudava minha mãe nos afazeres da casa. Minha mãe sempre acompanhava meu pai e meus irmãos na roça. E às vezes eu ia também pra roça. Mas eu ficava mais em casa nessa época, cuidando da casa.” (Margarida)

Nesse sentido, percebe-se que desde a infância a menina é ensinada a agir como menina e se comportar como tal e o mesmo ocorrem com os meninos. Pois, devido ao seu biológico, as mulheres são vistas como fêmeas que foram criadas somente para reproduzir, desenvolver o papel do cuidado por esse ser considerado o “sexo frágil”, sensível e amoroso, como também foram atribuído a elas as atividades domésticas, enquanto os homens têm que desempenhar o papel do macho e provedor da família. Isso ocorre devido à cultura da sociedade de somente olhar os aspectos biológicos do indivíduo, tratando essas diferenças como algo natural, transmitindo de forma naturalizada o papel desses indivíduos na família e na sociedade.

A realidade na infância das entrevistadas mostra claramente essa divisão de papéis existentes para a execução dos afazeres domésticos, que como relatado ficam sempre a cargo das filhas mais velhas que também tinham que tomar conta dos irmãos mais novos enquanto seus pais trabalhavam. Às vezes ocorria à divisão de atividades em casa entre os demais membros, como relata Tulipa, que a cada semana um realizava uma atividade para o cuidado da casa e sua irmã mais velha que cuidava dos mais novos, atribuindo a ela de forma natural o cuidado e a responsabilidade.

Margarida relata claramente como acontecia a divisão sexual das atividades desempenhadas em casa. Enquanto seu pai ia para o trabalho com seus irmãos, ela, a única filha do sexo feminino, ficava em casa com sua mãe, realizando o trabalho doméstico. Às vezes quando sua mãe acompanhava seu pai no trabalho ela cuidava da casa sozinha. Isso aponta para a naturalização da divisão das atividades desempenhada por cada membro de acordo com o seu sexo biológico, no sentido de que os homens, pai e filhos, devem prover a casa enquanto a mulher, mãe e filha, devem cuidar da casa. Assim Margarida era treinada desde a infância a desempenhar o papel da mulher na família e na sociedade.

Esse papel da atividade doméstica desempenhada pela mulher na sociedade, que é passado e atribuído a pessoa do sexo feminino desde a infância pela família, é refletido também no relato de Amarílis onde demonstra que sua mãe achava que era seu dever por ser mulher e mãe o cuidado com a casa e com os filhos, mesmo com os filhos adolescentes está não permitia que os mesmos desempenhassem as atividades domésticas uma vez que vista de forma naturalizada que era sua obrigação o cuidado por ser mulher, mãe e dona de casa.

“Não tinha muito o que dividir porque era aquela coisa, minha mãe era dona de casa ela se achava no direito, de até mesa ela colocava. Se a gente levantava de manhã o café estava pronto, o café, o pão estava passado margarina se tivesse, quando não tinha o café tava pronto o pão estava lá compradinho, no lugar pra tomar. Então quando ia, quando chegou a questão de , da adolescência 13, 14 anos ai sim ela disse: Você vai lavar suas calcinhas mas na cozinha dela era aquela coisa, você na vai tratar a galinha porque você não sabe, não vai tratar meu peixe porque não sabe lavar (risos). Não vai lavar minha roupa...criança curioso, acho que não era nem pro aprender mesmo era pra curiosidade. Eu costumo dizer pra as meninas que quando eu casei. Porque eu fui casada e me separei... Eu não sabia fazer nada (risos) isso com 17 anos porque foi muito cedo, então a gente foi morar junto e eu não sabia realmente fazer nada. Mas daí eu tive que aprender né?!” (Amarílis)

Na sociedade normativa, as funções a serem desempenhadas pelo indivíduo são estabelecidas pelo nível hierárquico presente nas relações de gênero. Nesse sentido, foi percebido que a provisão da família de origem era proveniente do trabalho realizado pelos

pais das entrevistadas. Quando a mãe também trabalhava, a renda era para complementar, ressaltando que nas famílias onde a chefia era feminina, a mulher, mãe, que garantia o sustento da família.

Como a família de algumas das entrevistadas residia na zona rural, o sustento da casa era proveniente da agricultura de subsistência que tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir o sustento da família e do agricultor, assim suprimindo as necessidades alimentares das famílias que residem na zona rural.

O Brasil foi um país que, durante muitos tempo, teve como base da economia a produção agrícola, isto ocorre desde a colonização devido ao seu solo e extensão de terras, como também do próprio período de colonização. Assim, o país se destaca devido a sua produção agrícola, sendo que parte dessa manufatura é advinda da produção em larga escala pelos médios e grandes produtores. Uma parcela pequena dessa produção é proveniente da agricultura familiar individual que é classificada como a agricultura de subsistência, assim voltada para o sustento da família, como afirma as autoras:

“Esta produção concentra-se na sustentação da família, sendo classificada como agricultura de subsistência, onde, ao mesmo tempo a família faz parte da mão de obra e do principal grupo consumidor. Apenas a sobreprodução é comercializada, deixando o mercado consumidor e respectivas necessidades em segundo plano.” (OLIVEIRA, SILVA, SILVA, GONÇALVES, EL-DEIR. 2015, p.1)

As entrevistadas que durante a sua infância residiam na zona rural, trazem que as atividades agrícolas eram executadas na propriedade da família, pelos seus pais e irmãos ou avós, para o sustento da casa. Em época de estiagem (pouca chuva) a situação era difícil uma vez que as necessidades alimentares eram supridas pelo que era produzido na roça, sendo necessário realizar trabalho informal (bicos) ou a venda de alguns animais para contribuir para o sustento, como segue os relatos:

“... Às vezes sim, tudo depende do tempo se chove há fartura... Meu pai tinha que vender algumas galinhas e os ovos.” (Margarida)

“Sobrevivia de coisa que ganhava na roça, e ele (avó) fazia trabalho lá assim, mas não era de carteira assinada, não era. É tipo bico que a gente chama hoje. Era o que comprova roupa, sapato. Porque antigamente, na roça chovia e tinha tudo né?!” (Angélica)

Ao mesmo tempo em que a família de algumas entrevistadas residia na zona rural e dependia do que era produzido através da agricultura de subsistência para suprir suas

necessidades, outras residiam na zona urbana. Sendo assim, os pais realizavam o trabalho, muitas vezes informal, para o sustento da casa. Como mostra o relato:

“Minha mãe era costureira, meu pai trabalhava em colégio para menores.” (Rosa)

“A questão financeira é que se os dois trabalhavam era tudo combinado. Eles combinavam pra completar... Ai ficou com minha mãe, ficou recebendo a aposentadoria dele e meu padrinho era quem me dava a voz, ele dizia: Meu compadre faleceu precisando de qualquer coisa pode me procurar. E ai eu tive que, com 16 anos procurar trabalhar porque o que ela ganhava não dava pra sustentar a mim e uma menina que eu inventei de tomar conta....” (Tulipa)

“Guerreira foi lavadora, foi, fez muito serviços gerais até que ela conseguiu ser pensionista porque naquela época demorou muito pra ela conseguir e foi assim... Muito difícil porque ela era dona de casa e meu pai ele era encanador hidráulico então ele, não época a gente tinha uma vida bem estável, né?! Não maravilhosamente bem, mas dentro dos padrões de vida assim, não faltava nada, mas daí quando ele adoeceu e entrou em óbito no hospital Irmã Dulce tudo começou a se complicar e quando ele faleceu complicou mais ainda porque daí ela foi dar entrada em pensão, só que naquela época pra ela receber essa pensão levou-se 1 ano e 3 meses então foi muito difícil, muito difícil. Daí ela começou lavando roupa, depois começou fazendo faxina, depois ela até foi ser lavadora, limpar mesmo sitio, trabalho braçal mesmo pra criar eu e meu irmão.” (Amarílis)

Por meio do relato de Amarílis e Tulipa vemos que as mães, quando assumiram a chefia da família ocasionada pela viuvez dos seus esposos, que antes eram provedores, a situação ficou mais difícil devido a ambas serem donas de casa e não desempenharem nenhuma atividade remunerada. O que diferencia é que a mãe de Tulipa recebeu a pensão por morte do marido, o que mantinha a família. Enquanto a mãe de Amarílis, analfabeta, conseguia apenas serviços domésticos ou o trabalho rural como forma de obter renda e sustentar a família. Além da vida dessa mulher ser marcada pela desigualdade de gênero, que impõe as mulheres a realizar trabalho reprodutivo, porém prestando serviços “ditos” como atividades femininas, e recebendo uma remuneração inferior quando comparado ao trabalho desempenhado pelo homem, pois na sociedade capitalista o trabalho masculino possui um valor maior que o trabalho feminino, a mesma não possuía escolaridade, aumentando a falta de oportunidades em termos da possibilidade de conseguir um emprego formal e com remuneração maior. Classe, gênero e etnia se entrelaçam nessa trajetória marcada pela desigualdade.

c) Constituição da nova família

A família é formada por um conjunto de pessoas que possuem laços consanguíneos ou vínculos afetivos e vivem no mesmo ambiente, podendo assumir diferentes arranjos de acordo com cada particularidade.

Na realidade das entrevistadas nesse estudo, a constituição da nova família se deu a partir da união do casal, alguns resultaram em casamento e do nascimento dos filhos. Ressalta-se que a constituição da nova família pode surgir de forma inesperada como ocasionada por uma gravidez na adolescência.

A partir do questionamento de quem compunha a família atualmente, as entrevistadas apontam de acordo com quem reside com ela e possui vínculos consanguíneos ou afetivos, desconsiderando aqueles que não residem, no caso dos filhos que casaram e constituíram uma família, como nos relatos seguintes:

“Minha família só mora, assim: tem essa neta, tem um irmão que é alcoólatra... Eu, a neta, e o pai de A. e A.” (Tulipa).

“Eu, meu marido, meus dois filhos que é um meu do primeiro casamento e um nosso e também o meu enteado que é do primeiro casamento dele. E, são composta nós cinco.” (Amarílis)

“Eu mesma. Eu, P. e ainda crio dois netos, da minha filha mais velha. Ela já foi casada e se separou, aí casou novamente, aí os meninos moram comigo.” (Angélica).

“Eu e ela (filha)”. (Margarida).

O processo de formação da família atual aponta para a reconfiguração dos arranjos familiares, como por exemplo, netos que são criados pelas avós e a junção de filhos de outros relacionamentos como apresentado nos relatos das entrevistadas. A criação dos netos por parte da avó é um fenômeno recorrente nas famílias contemporâneas, sendo ocasionado por diversos fatores.

Pesquisas apontam diversos problemas relacionados aos pais das crianças que motivam as avós a assumirem a criação dos menores: pais adolescentes despreparados para cuidar dos filhos, desempregados, usuários de drogas, em conflito com a lei, portadores de doenças mentais, falecidos precocemente, separados, recasados sem a aceitação das crianças por parte do novo cônjuge e ainda, abuso infantil e/ou abandono por parte dos progenitores. (MAINETTI; WANDERBROCKE, 2013, p. 88).

No caso das entrevistadas, fatores como o falecimento da filha e a formação de uma nova família pela filha das entrevistadas ocasionaram que esta assumisse a responsabilidade

com os netos, causando uma sobrecarga tanto financeira quanto emocional, física e social na vida dessas mulheres, pois além dessa chefiar a família, são também idosas.

Existe uma diversidade nos arranjos familiares apresentados. Ressalta-se que essas famílias têm como base a chefia feminina de família, que mesmo com a presença do cônjuge no núcleo familiar essas mulheres são responsáveis pela provisão da casa e o cuidado com os demais.

Assim, a chefia feminina de família foi ocasionada por separação, viuvez e a responsabilidade pela provisão da casa. Importante ressaltar que a presença de um cônjuge no domicílio não anula o fato da mulher ser chefe, como nos casos das entrevistadas que mesmo com a presença dos maridos no domicílio se consideram e são consideradas pelos demais como chefe de família.

Ao resgatar das entrevistadas o início desse processo de constituição da nova família e chefia feminina, elas relatam que casaram e/ou ainda permanecem, como seguem os relatos:

“Não. Nunca quis casar. Moro junto com o pai de Ana. Moro aquilo outro, mas por causa da minha mãe, porque ela dizia que antes dela morrer era pra ter alguém pra tomar conta de mim. Mas graças a Deus estamos vivendo aí, são 32 anos que estou com ele.” (Tulipa).

“Não, mas convivi com uma pessoa há 28 anos, é falecido há 20 anos.” (Rosa).

“Casei. (Foi casada por quanto tempo?) 28 anos.”...falecido há 5 anos” (Angélica)

“Casei, morei um tempo e depois de, acho que uns cinco anos, a gente oficializou o nosso casamento no civil. Aí casamos, mas logo depois que eu casei aí passou acho que uns dois anos eu engravidei, foi engravidei. Logo depois, que engravidei, aí também, aí S. tinha uns dois anos quando no caso, o pai dela, a gente se separou, ela tinha dois anos.” (Margarida).

Desta forma, os relatos de Angélica, Rosa e Margarida mostram que elas casaram, constituíram sua nova família, porém os processos de chefia foram ocasionados pelo falecimento dos companheiros e separação.

Para Amarílis esse processo começou quando ela era adolescente e engravidou, assumindo, ainda nova, a responsabilidade com o casamento e nascimento de uma criança. Porém, o processo de chefia feminina foi ocasionado, também, como na situação de Margarida, por separação do companheiro, como aborda no relato sobre a constituição da nova família:

“Comecei a namorar com ele eu tinha 14 anos quase 15, namoramos na porta daí com 16 anos eu vim engravidar do meu primeiro filho e, aí sim fomos morar juntos, a gente casou só que com 19 anos eu separei porque era uma coisa que eu me

desinteressei, não deu certo, não sei, só sei que não deu mais certo. É, o casamento fracassou mesmo e aí não deu mais certo, aí eu separei e com 20 anos eu conheci o pai do meu filho que tem 14 anos fomos morar juntos novamente, um segundo relacionamento eu tinha 23 e a gente convive junto, sim..” (Amarílis)

Na adolescência, uma gravidez indesejada, muitas vezes é proveniente da falta de informação entre os jovens ao iniciar a vida sexual ou do não uso de métodos contraceptivos que acarreta diversas consequências na vida dos adolescentes, como por exemplo, a evasão escolar ou adiamento dos estudos, dependência financeira dos pais, entre outros. A responsabilidade de casar, cuidar de um filho ainda na adolescência é um momento difícil, pois o indivíduo ainda está em desenvolvimento físico e psicológico. O relato de Amarílis traz como foi esse período de constituir a nova família quando ainda adolescente.

“Ah foi muito difícil, como eu disse não sabia nada da vida. Não sabia cozinhar, fui aprendendo no empurrão mesmo, dava errado tinha que refazer, tinha que fazer outro tempero. No início foi muito difícil...” (Amarílis).

Amarílis constituiu sua nova família quando adolescente a partir do nascimento do filho e matrimônio com o pai da criança. Porém, a mesma veio a se separar após sofrer violência psicológica, posteriormente outras formas de violência, ocasionadas pela desigualdade de gênero refletida no machismo presente no indivíduo e na sociedade, que tem a mulher como submissa e oprimida por esse sistema.

“Aí eu via que a paixão de adolescência, o encanto foi acabando. E como, tem um ditado que é muito engraçado mais verdadeiro, que diz: que quando tá namorando os bichinhos são pequeninhos né?! Não que ele me batesse essas coisas, mas quando cresce tem palavras que dói também muito, não é física mais dói. Não sabe fazer, burra, então foi desgastando. E aí foi desgastando, aí você via que não era o que eu queria...violência psicológica sim, porque ofende, magoa, não é um tapa, uma cacetada mas ofende, mais dói muito... Com isso eu me sentia muito magoada aí, eu disse que não quero isso pra minha vida...Aí começou as perseguições, aí ele não aceitava, dizia que eu tinha que voltar, me perseguia na escola a noite, me perseguia na rua se eu saísse. Aí virou um inferno, a perseguição era demais, aí é. A gente foi para no fórum porque eu registrei uma queixa na promotoria porque o povo tem muito acesso a promotoria, ao fórum, cidade pequena. Aí o promotor chamava, aí conversava. Aí melhorava por uns dias aí depois virava e voltava as ameaças, chegou ao ponto dele ir lá pra porta e me ameaçar aí bateu no meu padrasto aí ele já idoso, o meu padrasto registrou queixa...” (Amarílis).

Conforme a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”.

Assim, a violência contra mulher é uma manifestação histórica das relações desiguais de gênero e de poder entre homem e mulher que conduzem à dominação, exploração, opressão contra a mulher pelos homens que impedem que estas vivam, avancem e sejam tratadas como indivíduos e sujeitos de direitos.

Desta maneira, a violência doméstica contribui para o processo de chefia feminina de família, como na situação de Amarílis que se tornou chefe de família devido a violência psicológica que sofria ocasionando a separação.

Nesse contexto, as entrevistadas relatam quando e como iniciaram a chefiar suas famílias:

“Eu me tornei como diz o outro: chefe de família depois que a filha, essa foi embora para o Rio, meu filho tomou responsabilidade de pai, construiu família também. E aí pronto. Depois que minha mãe faleceu porque quem era chefe de família era minha mãe. Minha mãe morreu, ficou eu no lugar. Meu filho tá desempregado, está fazendo biscate que ainda não conseguiu emprego, aí eu tenho que poupar uma coisa pra ajudar ele também. Ele tem quatro filhos, são quatro filhos homens. Aí ele botou pra trabalhar dois, um estuda agora mesmo ele está no terceiro ano do 2º grau. São muito inteligente, são uns meninos muito adorável, são os meus netos. Então eu adoro os meus netos, eles também me adoram. Tem dois trabalhando e inventou de comprar um carro e está naquela agonia, o pai vai ter que resolver tudo. Um é maior que já tem 20 anos e o outro é menor, o caçula é de menor também. Agora mesmo a mulher dele está trabalhando. Tá trabalhando porque ele ainda não conseguiu emprego. Ele está fazendo biscate, bota uma antena aqui, coloca outra coisa aqui.” (Tulipa)

“Bom, quando eu me separei né?! Tinha mesmo que, tinha W. no caso e daí eu não trabalho fora mas eu faço arranjos, dentro de casa mesmo, então é cheguei a vender revistas, cheguei a vender lingerie também, e daí, bicos mesmos, nunca tive assim um emprego, alias tive só um que foi de telemarketing, foi o único emprego que tive na vida, os demais foram bicos mesmos e depois eu fui chefe até os 23, na verdade. Depois dos 23 eu vim morar com o pai de C., e então é, eu não diria chefe de família né?! Mas dona de casa, porque a partir daí, desse momento eu contribuo sim mais o mínimo possível né?! Quem contribui mais é ele no caso.” (Amarílis).

“Depois que me casei. Ele me ajudava, porque ele fazia bico também. Ele não era aposentado, não tinha, não trabalhava de carteira assinada, fazia bico. Aí com o benefício de P., ele fazia bico pra poder ajudar. Ele também não tinha muita saúde, ele sentia bronquite asmática. Foi até disso daí que ele morreu.” (Angélica).

“As circunstâncias que me levou a me tornar chefe de família, porque o pai dela decidiu ir embora e abandonou a gente. No início, ele disse que está botando agora o dinheiro, mas não doava nada no caso. Teve alguns meses que ele chegou a doar, repassar, R\$ 150,00 quando estava trabalhando fazendo bico agora depois ficou desempregado e não mandava nada, tudo era eu: escola, tudo era eu. Condução pra ir pra escola, tudo.” (Margarida).

A partir dos relatos, existe uma predominância da chefia feminina de família por entre gerações diferentes de mulheres, como mencionado por Tulipa, que se tornou chefe de família

após o falecimento de sua mãe. E entre as demais entrevistadas que relataram que suas mães também foram chefe.

Além de chefiar a família, essas mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas, não havendo totalmente uma divisão das atividades, uma vez que os afazeres domésticos são marcados pelas relações de gênero, sobrecarregando a mulher, uma vez que estas desempenham uma jornada de trabalho fora e dentro do domicílio e são cuidadoras. Assim como em suas famílias de origem, as atividades domésticas ficam por conta dessas mulheres:

“As atividades todas ficam sobre mim...”(Tulipa)

“Bom, não tem uma grande divisão porque eu lavo, passo, cozinho (risos) eles malmente arrumam o quarto deles...Eu acho que, talvez se eu trabalhasse fora, não sei se ia ter não mas. Talvez até fosse diferente mais, é aquela coisa: Ah minha mãe é dona de casa, minha mãe é minha empregada porque é meio que, eu me sinto assim né?! Porque é tanto trabalho, é tanto trabalho que as vezes eu me sinto sufocada que uma ajuda seria ótimo né?! Se alguém chegasse e lavasse seu prato, enxugasse, guardasse. (Amarílis)

“Os meninos me ajudam também.” (Angélica)

“Não tem divisão nenhuma, porque tudo é eu né?!” (Margarida)

Nesse sentido, os serviços domésticos ficam por conta dessas mulheres, que muitas vezes não conta com a divisão das atividades por outros membros familiares, pois acreditam que por serem mulher e mãe que elas devem desempenhar, visto que essas atividades são marcadas pela questão de gênero.

Para além das atividades domésticas, a provisão da casa também fica por conta dessas mulheres, que sustentam sua família com a renda que obtêm por meio do trabalho informal, aposentadoria ou por intermédio do programa de transferência de renda. Mesmo com a presença de outros membros em idade ativa, para inserção no mercado de trabalho, elas que são as provedoras e responsáveis pelo sustento da casa. Assim, as entrevistadas relatam como acontece a provisão:

“Através, como sou autônoma, vendo geladinho, vendo bolo, pipoca, essas coisas.” (Margarida).

“Eu recebo o benefício, como é que chama? P. recebe também. É tanto que quando eu dei entrada eles disseram que corria o risco de perder o de P., mas até hoje, graças a Deus eles não mexeram. (Por que?) Porque eles disseram que eu não poderia ter duas, Porque a de P. é de P., só que é no meu nome porque eu sou responsável por P., ai disse que corria o risco. Só que tem 5 anos, não 5 não, quatro porque tem 5 anos que ele faleceu. Ai tem 4 anos que recebo. Mas graças a Deus, até hoje eles não mexeram não. Mas agora com essa mudança ai né?!” (Angélica).

“Uma menina recebe o BPC e um menino recebe o benefício do pai.” (Rosa).

“A renda é a minha e a de A. Eu sou aposentada, Ana eu aposentei lá no pestalozzi, na Ribeira. Ela estuda lá ainda. E o pai dela, é eletricitista e faz até bico. Aí a renda dele é assim, não digo que seja uma renda boa porque faz hoje e recebe depois de um mês. Ai quem tem que aguentar o pepino é eu.” (Tulipa).

“Hoje ele está desempregado, ele é operador de maquina, mas ele desempregou em agosto e está no seguro. A renda é com o salário dele mesmo, porque o de W. é praticamente pra ele, quer dizer ele paga a água, a casa aqui tem uma taxa então ele paga esse recibo da água, mas nos demais ele não...O de dezembro mesmo eu fiz com o dinheiro do meu bolsa família, de o ponta pé inicial e na medida que ia saindo ia entrando eu ia fazendo outro, ia entrando eu ia fazendo outro... Os meses que eu mais consigo é o mês de dezembro, é o mês de maio, o mês das mães. Então Quando chegue esses mês dá pra tirar, sem o valor sem o valor mesmo da mão de obra que fica, uns R\$ 500, 00, R\$ 600,00 agora durante o mês assim, as vezes sai dois sai três, então ai já cai pra R\$ 100,00 pra R\$ 150,00. Tem mês que nada, não sai nada, nenhum. E por ai. Agora o mês de dezembro, o mês de maio eu já consigo dá, fazer mais encomenda.” (Amarilis).

Nesse contexto de chefia feminina, divisão sexual de trabalho e provisão da casa, quando questionadas se elas se sentem responsáveis pela sua família, as mesmas carregam o peso dessa responsabilidade, como também do fato de serem mulheres o que as sobrecarrega em diferentes sentidos. Assim, elas relatam como se sentem em relação à responsabilidade pela família:

“Eu me sinto porque, não só minha como da parte dos irmãos de A. L. Porque quando a gente perde pai e mãe e fica no mundo que tem uma pessoa que tem responsabilidade e não tem ao mesmo tempo.” (Tulipa).

“Ah, eu me sinto totalmente responsável pela minha família, nestante mesmo eu tava falando com ele porque se for pra conversar com os meninos, quem mais conversa sou eu, aquela coisa, converse com seu filho...eu sento, eu vou fundo nos assuntos e falo de droga, falo de sexo, e falo de proteção. Então eu me sinto totalmente responsável pela minha família...” (Amarilis).

“Sim, porque não tem ninguém por eles, só eu, e eles precisam de mim.” (Rosa).

“Totalmente, até demais. Porque eu deixo de viver pra eles. De viver pra mim pra viver pra eles. Porque também não tem outra pessoa né?! No caso dos meninos eles tem a mãe deles, mas a mãe deles já tem outra vida, já tem outra família. E ainda tem P., que primeiro lugar na minha vida é P. aí depois vem os outros.” (Angélica).

“Sim, totalmente eu, porque não tem ninguém, no caso só tem eu mesmo. Eu sou a mãe e o pai, porque a gente mora só em casa. Eu só responsável, no caso não sou totalmente responsável porque a tia fica com ela no caso, eu dou um agrado, não é pagando, o que eu dou não é pagando. Não sou responsável totalmente porque esse período, a manhã, ela fica com a tia.” (Margarida).

Desta maneira, elas se sentem responsáveis devido ao papel desempenhado na família, de mãe, educadora, cuidadora, provedora e de único membro da família que cuida dos demais.

O crescente número de famílias que são chefiadas por mulheres é relacionado ao processo de feminização da pobreza devido ao aumento de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica ser chefiada por esta. A causa para essa associação está ligada as desigualdades entre os sexos que sustenta a baixa remuneração, inserção no mercado de trabalho pelas mulheres quando comparado esses quesitos em pessoas do sexo masculino. Como afirma Macedo (2012):

...as mulheres efetivamente estão em situação de desvantagem em relação aos homens, tanto no que se refere ao usufruto de direitos, quanto em relação à carga de trabalho e nível de remuneração e ainda com relação à possibilidade de mobilidade socioeconômica, já que enfrentam barreiras culturais, legais, obstáculos no mercado de trabalho, entre outras limitações. Portanto, a desigualdade de gênero não é fictícia, o que faz com as mulheres chefes de família enfrentem dificuldades suplementares, ao terem que administrar sua dupla participação nas esferas da produção e da reprodução em condições desfavoráveis em relação aos homens que também são chefes de domicílio – e que na sua grande maioria contam com a participação, cada vez maior, das esposas, tanto na tradicional esfera dos cuidados domésticos como no mundo da produção. (p.11)

A chefia feminina de família é marcada pela desigualdade de gênero, como explicitado acima, porém, hoje, a mulher chefiar uma família não causa impacto de forma negativa na maneira como a sociedade a enxerga, assim, as entrevistadas apontam que o fato de serem do sexo feminino e chefiarem uma família não desencadeia forma de preconceito, dependendo do lugar que estas ocupam, como relatam, quando perguntadas sobre isso:

“Não, nunca senti não.” (Margarida).

“Não” (Angélica).

“Não, eu me sinto orgulhosa.” (Rosa).

“Não, porque hoje em dia nós mulheres podemos tudo né?! É só saber desenvolver, agora não sabendo...” (Tulipa).

Amarílis relata uma forma de preconceito relacionado ao fato das pessoas confundirem a chefia com arrogância, numa clara referência ao preconceito social com a mulher que tem poder de mando e decisão.

“Totalmente! É, o preconceito existe e você sente na pele, porque é muito difícil as pessoas lhe tacham como arrogante, mandante, o fato também de ser dona de casa e como eu lhe disse fazer alguns bicos as pessoas não entendem e lhe tacham como preguiçosa, como “sangue suga”. Então o preconceito é muito grande e é todo dia, eu tenho que enfrentar essas coisas, eu tenho que dar respostas a altura. Ultimamente eu nem dou mais, deixo falar e não dou resposta. Mas o preconceito existe sim.” (Amarílis).

É interessante também seu relato sobre uma forma de preconceito ligado ao trabalho, ao fato dela trabalhar em casa, como autônoma, o que, segundo ela, faz a sociedade vê-la como uma “desocupada”.

Vejamos, então, algumas questões sobre o trabalho dessas mulheres.

d) Trajetórias de trabalho

A partir da perspectiva de Marx e Lukács sobre a categoria trabalho, nota-se que é a partir do trabalho que o homem provê suas necessidades materiais como também ele produz a si mesmo, ou seja, é através do trabalho que o homem se torna um ser social. Assim, o trabalho é a essência do homem por prover as suas necessidades, construir sua identidade, além de inserir e dinamizar a sociedade através da atividade realizada. Nesse sentido, Lessa (1992) afirma que:

“Portanto, a gênese do trabalho é o processo fundante da complexa explicitação da essência humana, do devenir humano dos homens. É o início da autoconstituição da humanidade enquanto gênero é o momento fundante da genericidade em-si. Nesse exato sentido, a gênese da categoria do trabalho é a gênese do ser social.” (LESSA, p. 43, 1992)

Porém a categoria trabalho nas relações capitalistas está sob o processo de exploração e produz a alienação, assim retirando do indivíduo o seu poder sobre o que é produzido, obrigando o mesmo a vender a sua força de trabalho aos detentores do capital a qualquer valor, sendo abaixo do que é produzido. Como também fazendo com que este não se reconheça como o gênero. Seguindo a lógica capitalista, nem mesmo as necessidades básicas dos trabalhadores são supridas, devido à baixa remuneração paga pelo trabalho executado, como também pelas condições de trabalho a que o trabalhador está submetido.

A trajetória de trabalho das entrevistadas é marcada pela não inserção no mercado de trabalho e quando inserida realizava trabalho informal ou autônomo sem os direitos trabalhistas garantidos e nos serviços doméstico. Segundo IBGE (2015), entende-se como trabalho informal:

“Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.”

Ressalta-se que quem sobrevive do trabalho informal sofre com a instabilidade financeira, uma vez que não possui vínculo empregatício que garanta um salário fixo bem como outros direitos que estão previsto na lei, como FGTS, licença maternidade, entre outros.

A manutenção do modelo de família patriarcal que designa a mulher à responsabilidade com os afazeres domésticos, bem como a identidade, construída desde infância, condicionam a inserção desta no mundo do trabalho produtivo a outros fatores que vão além da oferta de emprego, mas perpassam a necessidade de articular o trabalho com seu papel na família, situação conjugal e filhos, associado à idade, escolaridade e etnia.

Fatores como esses, sinalizados anteriormente, afetam a participação feminina no mercado de trabalho, sendo uma situação complexa. Como exposto nos relatos das entrevistadas, quando questionadas sobre a sua trajetória de trabalho:

“Trabalhava com o serviço de casa mesmo. Nunca trabalhei. Fui criada com minha avô, como já falei né?! Ai eu fazia os trabalhos na casa da minha avó. Quando eu casei ai fui tomar conta da minha casa. Ai não trabalhei.” (Angélica)

“Trabalhei muito em casa de família, mas não era de carteira assinada. Quando eu vim ter carteira assinada foi depois de mãe. Já tinha meu filho, já tinha minha filha. Trabalhei em duas firmas, três firmas... Trabalhava de servente... Só não trabalhei na infância, porque meu pai dizia assim: enquanto Deus me der saúde, você não trabalha, só fazia estudar” (Tulipa)

“Sempre lavei de ganho até 60 anos, depois deixei de trabalhar..” (Rosa)

“Eu trabalhava num restaurante, ai eu sai, fiquei grávida, ai descobri, eu nem sabia que eu estava grávida, é tanto que o patrão pediu pra voltar eu não quis voltar porque eu tava grávida, não queria me chatear porque eu já sai por causa de uns problemas que teve lá. Depois que ela nasceu, que eu tinha já tirado a mama, eu queria trabalhar só que ele disse que era melhor eu ficar em casa cuidando dela do que deixar ela com alguém, entendeu?! Por que era pequena né?! E no caso, ai nesse tempo eu fiquei sem trabalhar em lugar nenhum, só cuidando da casa mesmo. Depois que, antes dele ir embora foi que comecei a trabalhar como autônoma, quando ele foi embora, acho que tinha mais ou menos um ano que eu tava trabalhando já, entendeu?! Ai a trajetória é assim, eu saio de casa 9 horas, fico aqui até 4 horas da tarde. Ai vou pra casa depois” (Margarida)

Segundo relato das entrevistadas, o emprego que estas possuíam eram emprego como empregada doméstica, sendo condicionado pela questão de gênero, classe, raça e escolaridade, uma vez que estas são mulheres negras e sua família de origem pertencia a classe trabalhadora, que possuíam um emprego autônomo, como o trabalho rural. Nesse sentido, a pobreza está ligada diretamente aos níveis e padrões de emprego ocasionado pela exclusão e discriminação associado a falta de oportunidade. Os fatores como raça e gênero como mencionados são fatores determinantes que diferencia as possibilidades dos indivíduos a terem acesso a um emprego com condições de trabalho dignas. Para além disso, possui

aquelas que não foram inseridas no mercado de trabalho devido a constituição da nova família e dos acertos feitos entre o conjugue.

Percebe-se que a questão da escolaridade influencia a inserção como também a função a ser desempenhado, o que diferencia o relato de Amarílis das outras entrevistadas que possuía um emprego formal com os direitos trabalhistas garantidos.

“Eu comecei a trabalhar no telemarketing eu tinha 18 anos, foi meu primeiro emprego na Editora Abril e desenvolvia meu serviço muito bem, gostava muito só que teve um corte né?! E daí eu sai, e como eu já tava, eu, em seguida a gente veio morar junto e ai eu engravidei. E sentamos e conversamos ai decidimos que o melhor era ficar em casa e não procurar outro emprego pelo menos no momento. E eu confesso que fazendo só os serviços de casa, bicos mesmos eu me acomodei, me acomodei muito.” (Amarílis)

A trajetória de trabalho dessas mulheres iniciou-se muito cedo, desde a infância. Como relata Margarida, esta trabalhava ajudando os pais na lavoura para contribuir com o sustento da família. Assim como Tulipa, que começou a trabalhar com 16 anos, pelo mesmo motivo que Margarida:

“Rapaz lá na roça a pessoa começa a trabalhar cedo viu?! Com 7 anos de idade a gente já ia pra roça com meu pai ajudar a catar maracujá, essas coisas, entendeu?! Hoje em dia que não pode mais né?! Mas antigamente não tinha esse negocio de, a justiça não ia lá na roça ver né?! Ai a gente começava cedo, catar algodão porque a gente morou um período aqui na Bahia ai a gente catava algodão, começou cedo, seis, sete anos de idade.” (Margarida)

“Na casa de família foi com 16, 17 anos porque já tinha perdido meu pai e minha mãe não tinha mais a possibilidade de sustentar a casa. Fazia cabelo, fazia unha só pra adquirir o pão de cada dia.” (Tulipa)

Segundo artigo 7º da Constituição Federal de 1988 é proibido “... trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Assim, pelos termos da lei considera-se trabalho infantil a atividade desenvolvida por pessoas menores de 16 anos exercendo atividade remunerada ou não, que contribui com o sustento da família.

Estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontam que “60% das crianças envolvidas com o trabalho infantil estão na agricultura, um dos setores considerados mais perigosos, além da indústria têxtil e da construção civil.”

Como no caso de Margarida, que executava atividade não remunerada ajudando seus familiares na lavoura, desde os seus 7 anos para contribuir com o sustento da família.

O trabalho infantil desempenhado reforça ainda mais o processo de desigualdade social, como também ocasiona a evasão escolar, como no caso de Tulipa que abandonou os estudos para cuidar da filha e trabalhar. Assim, o trabalho infantil é um meio de reprodução da pobreza uma vez que reduz a possibilidade de estudo, diminuindo uma perspectiva profissional futura consequentemente conseguir um melhor emprego e maior remuneração. Sendo um dos principais motivos que ocasionam o trabalho infantil é a situação de pobreza que cerca a criança e a sua família.

Atualmente as entrevistadas em idade ativa executam o trabalho autônomo para a manutenção da casa e da família. Amarílis trabalha como autônoma, com a venda de arranjos de flores, como também trabalhou com a venda de produtos em revistas e Margarida com a venda de quitutes em um terminal rodoviário para o sustento da casa, como vemos nos relatos que seguem:

“Através, como sou autônoma, vendo geladinho, vendo bolo, pipoca, essas coisas... Mais ou menos uns R\$ 100,00 por semana” (Margarida)

“... eu não trabalho fora, mas eu faço arranjos, dentro de casa mesmo, então é cheguei a vender revistas, cheguei a vender lingerie também, e daí, bicos mesmos, nunca tive assim um emprego, alias tive só um que foi de telemarketing, foi o único emprego que tive na vida, os demais foram bicos mesmos...” (Amarílis)

Dados do IBGE em 2014 revelam que a população em idade ativa que está inserida no mercado de trabalho corresponde a 98,1 milhões de pessoa enquanto 7,1 milhões estão desempregados. Assim, 56,6 milhões de pessoas que estão empregadas no Brasil realizam trabalho formal e 41,1 milhões desempenham atividades informais, sem carteira assinada. No que se referem esses dados observando a questão de gênero 55,7 milhões de homens estão inserido no mercado de trabalho enquanto 42,2 milhões de mulheres estão inseridas no mercado. O índice de desemprego também possui uma variação percebida entre os sexos, sendo que 3 milhões de homens estão em condições de desemprego, valor inferior ao de mulheres, 4 milhões, que se encontram desempregada.

Em 2015, segundo dados do IBGE – a população composta por pessoas que se auto declaram como negras e pardas representava a 53,6% das 45,5 % que se declaravam como brancas, ou seja, mais da metade da população brasileira são negras e pardas. Embora o quantitativo de negros e pardas correspondesse 46,5% da população em idade ativa, quando se considera a população que está empregada, estes passam ser a maior parcela (52,5%) na população branca. Considerando o tipo de serviço executado e suas características, o trabalho

doméstico é executado 92% por pessoas do sexo feminino e a apresentou maior participação de mulheres negras 61,6 %.

Nesse sentido, o gênero e a raça são estruturantes e condicionantes ao desemprego, uma vez que estes são minorias, mas precisamente nos casos, de inserção no mercado de trabalho e as funções desempenhadas. Essa desigualdade e exclusão são provenientes do processo histórico do que é ser mulher, negra e pobre na sociedade, isso condiz com menores oportunidades de educação, qualificação, saúde e emprego.

e) Acesso a Política de Assistência Social

As entrevistadas são assistidas pela política de assistência social, sendo beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família e Programa Primeiro Passo. Elas e suas famílias são também usuárias de outras políticas públicas, a exemplo da política de saúde e educação.

A política de Assistência Social, assim como as demais políticas públicas são focalizadas. Nesse sentido, adotam critérios para atender a quem dela necessite. O Benefício de Prestação Continuada é um benefício do programa de transferência de renda que concede ao idoso, com 65 anos ou mais, e a pessoa que possui algum tipo de deficiência, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial o valor de um salário mínimo do ano vigente. Nesse sentido, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2015) quem tem o direito de receber o benefício são:

- Idosos, com idade de 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, cuja renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente.
- Pessoa com deficiência, de qualquer idade, entendida como aquela que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, cuja renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente.

Esses devem comprovar que estão em situação de vulnerabilidade econômica, ou seja, não possuem meios de prover o seu sustento e nem de ser mantido por sua família. Para ter acesso ao Benefício não é necessário ter contribuído com a Previdência Social, ele integra a proteção social básica no âmbito do SUAS.

Outro programa de transferência de renda é o Bolsa Família que tem como objetivo contribuir para a melhoria da situação de vulnerabilidade econômica das famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, ou seja aquelas que sobrevivem com renda mensal entre R\$ 85,00 a R\$ 170,00 por pessoa, considerando o ano vigente. Assim, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2015), o Programa atua em três vertentes:

- Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza;
- Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza;
- Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Os critérios para o acesso ao Programa consiste em possuir cadastro no CadÚnico e ter renda mensal per capita menor que um salário mínimo do ano vigente.

Os dois programas acima citados, são programas do Governo Federal gestado pelo SUAS, enquanto o Programa Primeiro Passo é um programa criado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Salvador, sendo este um auxílio financeiro no valor de R\$ 50,00 com o objetivo de garantir as crianças de até 5 anos, que residem em Salvador e estão em situação de vulnerabilidade econômica. Para ter acesso ao programa a família tem que ser beneficiária do Programa Bolsa família e que não conseguiram vaga para seus filhos em creches ou escolas públicas, ou seja, o benefício é destinado para ajudar a custear parte da educação infantil da criança.

O acesso aos Programas da política de assistência social ocorreu de acordo com as particularidades na vida de cada uma das entrevistadas, uma vez que as mesmas apresentam situação de vulnerabilidade social. Quando as entrevistadas não tinham acesso ao programa de transferência de renda a realidade era difícil, como seguem os relatos:

“Antes de receber o BPC fazia cabelo, fazia unha, faxina porque ficar parada também. Quem fica parado é poste. É minha filha, lava roupa, nunca gostei de ficar parada.” (Tulipa)

“Antes de ser assistida era desse jeito que estou falando, no meu caso era muito chato, porque , exemplo, eu queria fazer um arranjo eu tinha que pegar um cartão emprestado, eu tinha que ficar pedindo 120, 130 pra comprar material pra fazer arranjo que a pessoa encomendou ou pra alguém comprava na minha mão as lingerie ai não cobria, estava sempre faltando alguma coisa, você tinha que prestar contas então facilitou bastante, porque mesmo que eu venda os meus arranjos tem meses que eu não tenho tanta venda assim, tem meses que a pessoa não me paga aquilo que estou esperando e o meu, e o programa já tem aquela data certa, aquele valor, naquela data tem aquele valor que melhorou não muito, mas ajudou...” (Amarílis)

“Lavava de ganho”(Rosa)

“Era muito difícil, a vida era muito difícil. E hoje depois dele já me ajudou bastante, já é uma preocupação a menos. Todo mês tem ele direitinho pra gente fazer, sobreviver né?! Alimentação, remédio. E sem ele a situação era pior né?! As vezes a pessoa fala assim: ‘Ah é pouco’. Só que pra mim é muita coisa porque sem ele é pior.” (Angélica)

“Era mais apertado, porque com esse dinheiro aí eu já pago a escola entendeu?! Aí o dinheiro que eu ganho já é pra outra coisa, agora mesmo eu fiz o plano de saúde dela aí no caso eu recebo o bolsa família, o primeiro passo pago o colégio e vou correr atrás agora do plano, do alimento, as merendas dela. Ah eu achei que ajudou bastante o bolsa família e o primeiro passo.” (Margarida)

Nesse sentido, antes de serem assistidas pelos programas de transferência de renda, as mulheres possuíam uma vida mais difícil em termos financeiros, principalmente aquelas que recebem o BPC que são mulheres mais velhas e possuem filhos com deficiência, que requerem cuidados e gastos maiores. Assim, nesses casos, como o de Rosa, que tinha que trabalhar para sustentar os filhos, deixando de laborar após o recebimento do benefício.

Não deixo de mencionar, contudo, que os programas de transferência de renda, mesmo tendo melhorado a vida de muitas mulheres, exigiram delas, como critério para continuar recebendo o benefício, o abandono do trabalho em função da necessidade, às vezes, uma exigência dos programas, de exercerem a função primordial do cuidado.

Os benefícios, tanto do BPC como o Bolsa Família, são utilizados para provisão da renda da casa, contribuição com a educação e a saúde dos filhos, como também para manter o trabalho autônomo, tornando a mulher mais independente. Ressalta que a renda também é revertida para o trabalho uma vez que elas têm que abrir mão do trabalho formal para cuidar dos filhos:

“Oh minha filha, alimentação, remédio, completar o dinheiro da prefeitura, pagar água, pagar luz, comprar gás, alimentação...” (Tulipa).

“Já serve pra uma camisa quando tem que comprar, um short de educação física, aí é a mesma coisa um caderno, uma borracha. Ou eu invisto também nos meus materiais pra fazer os meus arranjos de flores...” (Amarilis).

“Poupança e o resto compro o que precisa para dentro de casa, o que ela precisa é com esse dinheiro que compro. Compro mantimentos, remédio. Não quero que falte nada a eles.” (Rosa).

“Pra remédio de dentro de casa, pra alimentação, remédio, comida, oh! Alimentação, remédio, roupa, calçado, água, luz.” (Angélica).

“É utilizada pra pagar a escola. Só dá pra escola, porque é duzentos e vinte reais, ainda falta, eu ainda tenho que interar. Não é quantidade certa mesmo, duzentos e vinte. Só dá mesmo pra escola, não dá pra ajudar em bujão nem essas coisas de casa, só pra escola mesmo.” (Margarida).

Esses programas de transferência têm como centralidade a família, mantendo como titular as mulheres, pensando que, como descreve o MDS (2015, p. 18), confere à mulher autonomia e autoestima:

Ao dar preferência às mulheres como titulares dos cartões de saque, o Bolsa Família colabora para dar autonomia a essas beneficiárias. É o início de um caminho que contribui para superar a cultura de resignação, quebrar a dominação de gênero e reforçar a cidadania.

Porém nos casos das entrevistadas, por serem chefes de família essa renda contribui para o sustento e provisão da renda casa e da família, juntamente com a renda proveniente do seu trabalho autônomo, aposentadoria ou pensão. Como no caso de duas das entrevistadas as quais afirmaram que, mesmo recebendo o benefício em seu nome, o fato não lhes confere mais autonomia ou mais possibilidades de cuidarem de si, uma vez que o dinheiro é utilizado para arcar com as despesas da casa e dos filhos.

“Não, eu acho que não. Assim, ajuda bastante né?! Ajuda em alguma questões como eu te falei mas não dá autonomia porque não é algo assim que eu me sinta tão confiável, porque agora mesmo tão ajustando aí, varias pessoas perderam então não posso ficar tão confiante pra me sentir autônoma, poderosa, não pode né?! (Amarílis).

“Sim. Porque é uma ajuda, mesmo que não seja um dinheiro, muito dinheiro, já é uma ajuda já de custo, que no caso já, eu já não vou me preocupar, no caso, com a parcela da escola, pagar a escola. Tirar da minha renda pra pagar escola, já utilizo esse dinheiro pra pagar o colégio.” (Margarida).

Todavia, o fato é que esse valor propicia maior independência, uma vez que o dinheiro, como relatado, é uma ajuda de custo, não precisando recorrer a familiares ou pessoas próximas para o sustento da casa e da família. Entretanto, pelo momento de conjuntura que vivemos no Brasil³ elas têm receio de perder o benefício, uma vez que ocorreram mudanças na Previdência, retiradas de famílias que recebiam o benefício, e a política de assistência social prevista como direito do cidadão e dever do Estado está retomando o caráter caritativo, começando a ser vista não mais como um direito, mas sim como caridade por parte do governo.

³ O momento atual da conjuntura do país diz respeito as mudanças na estrutura do Brasil, tanto na política como econômica do país. Na estrutura política com o processo do impeachment da presidenta Dima Rousseft, e na estrutura econômica a crise neste setor que aumentou a inflação e as taxas desemprego. Nesse contexto, estão previstas mudanças que refletem no corte de gastos públicos, reforma da previdência, redução de benefícios e direitos sociais.

Vale ressaltar que mudanças previstas com a reforma da previdência social interferem nos critérios para recebimento do BPC. Nesse contexto, o valor do benefício passará a ser inferior ao salário mínimo e a idade para requerer será 70 anos ou mais. Essas medidas anunciadas já impactam a classe trabalhadora e, no caso dessas mulheres, especialmente, já criam uma expectativa de perda de direitos.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, as condições e os modos de vida das mulheres chefes de família que são assistidas pelos programas da política de assistência social são marcados pelas questões de gênero, classe, etnia e geração os quais condicionam suas condições de vida marcadas por desigualdades imbricadas, com destaque para a falta de oportunidades no mercado de trabalho, baixa remuneração e trabalho informal. Essas mulheres utilizam a renda dos benefícios para complementar a renda proveniente da aposentadoria, trabalho autônomo ou pensão.

Nesse sentido, os benefícios dos programas de transferência de renda são extremamente importantes para a proteção e manutenção da família, uma vez que contribuem para o sustento e provisão da casa, sendo gastos de forma que supra as necessidades da família com alimentação, moradia, medicamento, educação, entre outros, ou seja contribui de forma a amenizar a situação de pobreza a que estas estão expostas. Ressalta-se que o recebimento do benefício não confere a essas autonomia, uma vez que a renda do benefício é utilizada somente para a provisão da casa.

Em virtude dos aspectos apresentados, o levantamento realizado com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios converge com a realidade das mulheres entrevistadas, no que diz respeito à estrutura da família, a faixa etária, cor e remuneração ao qual vive com renda per capita de até um salário mínimo. Assim, a situação de vulnerabilidade se torna mais latente quando a chefe é negra, possui baixa ou nenhuma escolaridade. Nesse contexto, as condições de vida das mulheres chefes de família são marcadas por desigualdades de gênero, raça, vulnerabilidades, pobreza e exclusão.

Logo, os objetivos da pesquisa foram atingidos, uma vez que a análise dos dados foi estruturada de forma que dessem respostas aos objetivos previstos na pesquisa. Nesse sentido, foram identificadas as causas que levam a mulher a chefiar o domicílio, sendo ocasionados pela viuvez, separação e as responsabilidades com a provisão da casa. Assim, a mulher assume a chefia de suas famílias, mesmo com a presença da figura masculina, ou seja, nem sempre a chefia feminina de família consiste na ausência do homem no domicílio, podendo esse estar presente, mas a mulher é a principal provedora. É notória a luta diária dessas para o sustento dos membros da família, onde utilizam os benefícios do programa de transferência de renda para contribuir com o sustento da família.

Conclui-se que é necessário um estudo que aprofunde sobre a chefia feminina como um fator geracional, visto que foi identificado que muitas vivências históricas são reproduzidas nesse espaço, inclusive a predominância da chefia feminina de família por entre gerações diferentes de mulheres.

REFERÊNCIAS

- A FOME, Ministerio de Desenvolvimento Social e Combate (Org.). **Bolsa Família: Transferência de Renda e Apoio á família no acesso à saúde, á educação e Assistência Social.** 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- BRASIL. Constituição (1993). Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe Sobre A Lei Orgânica de Assistência Social e De Outras Providências.**: Legislação Federal. Brasília, DF, 07 dez. 1993. p. 1-20. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.
- BRASIL. Constituição (2006). **Lei Maria da Penha.** Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- BRASILIA. Ministerio de Desenvolvimento Social e Combate A Fome. Secretaria Nacional de Assistencia Social (Org.). **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004: NOB/SUAS.** 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08.../download>. Acesso em: 17 set. 2016.
- CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 2, n. 14, p.153-168, dez. 2008. Semestral.
- CARLOTO, Cássia Maria. Gênero reestruturação, produtiva e trabalho feminino. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm Acesso em: 25 ago. 2016.
- CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p.201-214, jun. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. **Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: Risco e proteção.** Revista Brasileira de Psicodrama, Brasília, v. 21, n. 1, p.141-155, 12 abr. 2013.
- FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia (Org.). **PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família.** 2009. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.
- GAMA, Andréa de Souza. Trabalho, família e gênero: **impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil.** São Paulo. Cortez, 2015.

KERGOAT Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Disponível em: <http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf> Acesso em: 18 ago. 2016.

LESSA, Sérgio. **Lukács: Trabalho, Objetivação, Alienação**. Scielo, São Paulo, v. 02, n 15, p. 39 – 51, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v15/v15a02.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 8, p.1-30, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_sonia.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

MACEDO, Marcia dos Santos. Mulheres chefes de família e feminização da pobreza: Uma contribuição crítica dos estudos feministas e de gênero. **Congresso Nacional de Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Niterói-rj, v. 0, n. 0, p.1-19, set. 2011.

MAINETTY, Ana Carolina; WANDERBROOCKE, Ana Claudia Nunes de Souza. Avós que assumem a criação de netos. **Pensando Famílias**, Paraná, v. 1, n. 17, p.87-98, jul. 2013.

MARX, Karl. O capital. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/> Acessado em: 23 ago. 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social**. 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

NOGUEIRA Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. Aurora, n°6, 2010.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres. **Abep**, Minas Gerais, n. 1, p.1-12, set. 2004. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:M8oBhYlq-ukJ:www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 18 set. 2016.

OLIVEIRA, Tainã Viana et al. Estudo Bibliométrico da Agricultura Familiar Sustentável: Uma revisão bibliográfica. **Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais**, Porto Alegre. p.1-4, nov. 2015. Anual. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/VII-064.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

RIO DE JANEIRO. Ibge. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: : Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. **Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, v. 33, p.1-162, jan. 2014. Anual.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO DE CONTROLE SOCIAL: - considerações preliminares. **Jornada Eixo 2013**, Maranhão, p.1-12,

ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/familiacomoinstituicaodecontrolesocial-consideracoespreliminares.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de (Org.). **Salvador Primeiro Passo:** Auxílio a primeira infância. Disponível em:

<<http://www.primeiropasso.salvador.ba.gov.br/index.php#programa>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

SARDENBERG Cecília M., MACEDO Márcia. Relações de gênero: Uma breve introdução ao tema. 2011

SARDENBERG Cecília. **E a família, como vai?** Reflexões sobre mudanças nos padrões de família e no papel da mulher. SEPLANTEC, Vol. 7, No. 2, Salvador, 1997.

SCOTT Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 20, n 2, jul./dez. 1995.

SENKEVICS, Adriano. **Conceituando:** De onde surgiu gênero?. 2011. Ensaios de gênero.

Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2011/10/11/de-onde-surgiu-genero/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SPOSATI, Adaiza (Brasília). Cfess. Assistência Social em debate: Direito ou Assistencialização?. **Seminário Nacional: O trabalho do assistente social no**

SUAS, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-314, 2009. Disponível:

<[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf)>. Acesso em: 17 set. 2016.

TRABALHO, Organização Internacional do (Org.). **Erradicação do trabalho infantil na ordem do dia.** 2016. Disponível em:

<http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_537495/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.